



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMPUS REGIONAL DE IVAIPORÃ

DAIANE VIEIRA SANTOS
FABIANA APARECIDA PAULINI

**Reforma Agrária e a Realidade dos Assentamentos: análise
dos avanços e desafios sociais, políticos e econômicos
enfrentados pelo assentamento 8 de Abril.**

DAIANE VIEIRA SANTOS
FABIANA APARECIDA PAULINI

Reforma Agrária e a Realidade dos Assentamentos: análise dos avanços e desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo assentamento 8 de Abril.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dra. Elizete Conceição Silva

Ivaiporã
2015

DAIANE VIEIRA SANTOS
FABIANA APARECIDA PAULINI

**REFORMA AGRÁRIA E A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS:
ANÁLISE DOS AVANÇOS E DESAFIOS SOCIAIS, POLÍTICOS E
ECONÔMICOS ENFRENTADOS PELO ASSENTAMENTO 8 DE
ABRIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual de Maringá,
como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Componente: Prof. Ms. Caroline Becher
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Componente: Prof. Ms. Rafael da Silva
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Orientador (a): Prof. Dr. Elizete Conceição
Silva
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Ivaiporã, ____ de _____ de ____

AGRADECIMENTOS

Daiane Vieira Santos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades encontradas durante esses quatro anos.

Agradeço esta universidade, principalmente o corpo docente do curso de Serviço Social, à direção, administração e o rapaz do xérox, que contribuíram significativamente para que o percurso da graduação fosse guiado de alguma forma.

Agradeço a minha amiga e parceira, Fabiana Aparecida Paulini, que além de fazer parte da minha vida acadêmica desde o início, aceitou compartilhar comigo o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a minha orientadora Elizete, pelo seu suporte teórico metodológico que como professora, contribuiu imensamente para meu crescimento acadêmico e que como orientadora me impulsionou a buscar meu objeto de pesquisa não pelo simples fato de pesquisá-lo, mais sim pela capacidade de entendê-lo, tendo como principal instrumental gostar do que esta se pesquisando.

Aos meus pais, irmão e esposo, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

De forma especial, agradeço também aos assentados do Assentamento 8 de Abril, que nos receberam com todo carinho e disponibilizaram parte do seu tempo para contribuir com nossa pesquisa.

E agradeço também a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Fabiana Aparecida Paulini

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, e por estar aqui escrevendo esses agradecimentos, um sonho de vinte e um anos atrás, quando terminei o ensino médio e não tive oportunidade de seguir nos estudos.

Agradeço a Maria minha Mãe Santíssima que me guiou nesses quatro anos.

Agradeço meu marido Osmir, grande e único amor da minha vida, por ter me dado forças e não me deixar desistir.

Agradeço meus filhos Mauricio, Leonardo e Milena, fonte de toda minha inspiração, razão de viver e motivo pelo qual estou aqui, para poder dar um futuro melhor a eles.

Agradeço minha mãe, amiga de todas as horas, pessoa em que posso confiar que cuidou dos meus filhos e me ajudou nos afazeres da casa quando tinha muitos trabalhos e provas. Agradeço pelas orações que foram muitas, pela minha vida e minha família, pelas palavras de ânimo, dizendo sempre, “você consegue, você é capaz, Deus está com você, não foi à toa que ele te colocou nessa faculdade, você vai ver o resultado no futuro”.

Agradeço meu pai, que colaborou financeiramente com alguns gastos dos estudos, homem trabalhador, honesto, a quem me espelho.

Agradeço minha vó Ana de 86 anos que rezou muito por mim e sempre me incentivou, dizendo que o futuro está nos estudos. Fala sempre “eu nessa idade não sei ler ainda e estou estudando e você minha filha toma tento”.

Agradeço meus irmãos por brigar comigo e dizer “aproveita a oportunidade”.

Agradeço minha sogra, que também me ajudou muito nos afazeres domésticos e a cuidar dos filhos.

Agradeço minha amiga e companheira de TCC Daiane, por ter tido muita paciência comigo, em me explicar várias vezes quando não conseguia entender algo, me dando forças para superar as dificuldades nos estudos.

Agradeço minha orientadora de TCC Elizete, pessoa que admiro muito, que se disponibilizou em nos orientar e sempre esteve presente no que precisássemos.

Agradeço a todos do Assentamento 8 de Abril, que nos receberam e nos acolheram com carinho e atenção, disponibilizando seu tempo e contribuindo de forma decisiva para conclusão do nosso TCC.

Enfim, agradeço todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para que eu pudesse chegar até aqui.

Não sei se a vida é curta
Ou longa demais pra nós,
Mas sei que nada do que vivemos
Tem sentido, senão tocamos o coração
Das pessoas.
Muitas vezes basta ser,
Colo que acolhe,
Braço que envolve,
Palavra que conforta,
Silêncio que respeita,
Alegria que contagia,
Lágrima que corre,
Olhar que acaricia,
Desejo que sacia,
Amor que promove.
E isso não é coisa de outro mundo,
É o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela
Não seja nem curta, nem longa demais,
Mas que seja intensa,
Verdadeira, pura... enquanto durar.

Cora Coralina

PAULINI, Fabiana Aparecida; SANTOS, Daiane Vieira. **Reforma Agrária e a Realidade dos Assentamentos: análise dos avanços e desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo assentamento oito de abril**. 2016. 74 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2016.

RESUMO

Entender a importância da Reforma Agrária na realidade dos assentamentos, bem como, resgatar a relação existente entre ambos e a importância de um para a consolidação do outro, é um desafio para muitas áreas de conhecimento, por se tratar de uma temática que além de perpassar fatores econômicos e sociais tem relevância política. A pesquisa visa compreender quais são os avanços e desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo assentamento 8 de Abril, no município de Jardim Alegre, do início a regulamentação de posse, bem como, apreender as particularidades vivenciadas pelo mesmo. A análise e reflexão realizadas ocorreram por meio de discussão teórica e de pesquisa qualitativa realizada com seis dirigentes do referido assentamento.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Assentamento. Realidade. Desafio.

PAULINI, Fabiana Aparecida; SANTOS, Daiane Vieira. **Agrarian Reform and Reality of Settlements: an analysis in social, political and economic progress and challenges faced by April 8 Settlement.** 2016. 74 pages. Conclusion Work Composition (Graduation in Social Service) - State University of Maringá, Ivaiporã, 2016.

ABSTRACT

Understand the importance of agrarian reform in the reality of settlements, as well as rescue the relationship between them and the importance of one to consolidate the other, it is a challenge for many areas of knowledge, because it is a theme that in addition to pervade economic and social factors, it has political relevance. The research aims to understand what are the social, political and economic progresses and challenges faced by April 8 Settlement, in Jardim Alegre town, from the start to the rulemaking ownership as well as learn the particularities experienced by them. The analysis and reflection were held through theoretical discussion and qualitative research performed with six leaders of that settlement.

Key words: Agrarian Reform. Settlement. Reality. Challenge.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência técnica e Extensão Rural
BR	Brasil Rodovias
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
COTRARA	Cooperativa de trabalhadores em Reforma Agrária
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTPS	Carteira de Trabalho
Entrevistado	A
Entrevistado	B
Entrevistado	C
Entrevistado	D
Entrevistado	E
FAO	Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - Questão da terra, Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico Brasileiro	17
1.1 TERRA E HOMEM.....	17
1.1.1 A relação do homem com a terra.....	17
1.1.2 A terra no sistema capitalista.....	19
1.1.3 Posse de terra no Brasil - seus desdobramentos a partir da Colonização portuguesa	21
1.2 QUESTÃO DA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	25
1.2.1 Questão Agrária no Brasil.....	25
1.2.2 A reforma Agrária no Brasil.....	29
1.3 DESENVOLVIMENTO ECNÔMICO BRASILEIRO.....	32
1.3.1 Mundo rural e desigualdade social no Brasil.....	32
CAPITULO II: Assentamento e Política Pública	36
2.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).....	36
2.1.1 Formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sua importância para consolidação de assentamentos.....	36
2.1.1.1 Processo para se tornar assentado	38
2.1.2 De acampados a assentados.....	39
2.2 APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO 8 DE ABRIL.....	42
2.2.1 Caracterização do Imóvel e o processo de ocupação.....	42
2.3 AVANÇOS E DESAFIOS.....	44
2.3.1 Dos avanços e desafios sociais.....	44
2.3.2 Dos avanços e desafios políticos.....	45
2.3.3 Dos avanços e desafios econômicos	48
2.4 POLITICAS PÚBLICAS EXISTENTES PARA O ASSENTAMENTO 8 DE ABRIL.....	50
CAPITULO III - Estigma Social	54
3.1 A construção do estigma no interior da sociedade.....	54

3.2 MST e Estigma Social.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE.....	67
ANEXO.....	71

INTRODUÇÃO

Anteriormente a entrada do sistema capitalista de produção a terra era tida como propriedade comunitária, os homens a utilizavam de forma coletiva e a tinham como meio essencial para sua sobrevivência, com a sua entrada, a terra de uso coletivo e exclusivamente voltado à sobrevivência, passou a ser explorada indiscriminadamente por todos. É o início da propriedade privada, ou seja, a partir de então, é necessário pagar/comprar por determinado valor um pedaço de terra para se produzir.

Essa mudança na forma de sua utilização, fez com que o homem perdesse a relação que tinha com a terra, e mesmo a relação de produção voltada á subsistência, além de que, com as transformações e inovações tecnológicas ocorridas ao longo do tempo, contribuíram para que um grande número de pequenos proprietários não conseguisse manter suas propriedades, conseqüentemente, produzir.

É diante dessa lógica, que voltamos nossa análise na discussão e compreensão da importância da Reforma Agrária nesse sistema excludente, no qual poucos têm muito e muitos têm pouco, com o intuito de compreender como ela se consolida e se materializa nos assentamentos, no caso do assentamento 8 de Abril.

Contudo, antes de partirmos para uma análise do tema em questão, fez-se necessário levantar os principais aspectos que demarcam a relação do homem com a terra antes e depois do sistema capitalista, para após adentrar na apresentação da origem da Reforma Agrária e a sua importância para formação de assentamentos.

Assim, foi diante dessa discussão que se deu a escolha pela temática, devido ao fato de ser este um tema relevante a sociedade atual, tanto pelo fato de ser um movimento social com enfrentamento político, quanto por estar presente na região do Vale do Ivaí. Muitos falam do movimento, mais poucos conhecem verdadeiramente o funcionamento e a organicidade de um assentamento. O tema é propício para se discutir no meio acadêmico, neste caso específico, por graduandos do Curso de Serviço Social. Por ser recente o referido curso na região do Vale do Ivaí, bem como, ser este “o assentamento” um dos campos sócio ocupacionais do assistente social na região, é de suma importância que a temática seja vista, reconhecida, pesquisada, analisada e compreendida de modo a contribuir com

futuras ações tanto àqueles a ela relacionados, quanto a sociedade em geral, por meio do saber da junção teoria e prática, saber teórico e demanda regional.

Esse tema despertou atenção e curiosidade a partir das invasões dos assentados ocorridas nos bancos e prefeituras do Município de Jardim Alegre, município ao qual reside (Fabiana Aparecida Paulini). Foram com conversas realizadas no período de graduação e, movidas pela curiosidade e interesse pelo tema, que surgiu a ideia de realizarmos o Trabalho de Conclusão de Curso em dupla. Antes de iniciar a pesquisa propriamente dita, ainda na construção do nosso pré-projeto, julgávamos várias questões pertinentes naquele momento, mas no decorrer da pesquisa diante dos vários escritos de autores e, com nosso entendimento foram desconsideradas e outras surgiram.

O presente trabalho tem por objetivo geral compreender quais as questões sociais, políticas e econômicas que foram e são enfrentados pelo Assentamento 8 de Abril, do seu início até a sua regulamentação de posse.

Em termos metodológicos, primeiramente fizemos um levantamento bibliográfico buscando artigos disponíveis na internet e livros referentes a temática, após, selecionamos os que mais iriam contribuir com a pesquisa proposta e partimos para as leituras, dando início também a escrita do trabalho.

Após escrever o primeiro capítulo começamos a elaborar também o roteiro de entrevista que iria ser realizada ao término da escrita do segundo capítulo, procuramos elaborá-lo em uma página para que os entrevistados não se cansassem antes mesmo de começar a entrevista. O roteiro (em anexo) constou de algumas questões fechadas como: grau de escolaridade, número de filhos e salário. As demais questões foram abertas, e os entrevistados puderam discorrer livremente sobre as mesmas.

Foram realizados dois contatos com o assentamento, no segundo, após conversar com um dos dirigentes, agendamos o dia da entrevista e solicitamos, para que, se possível, convidar os demais dirigentes, para que pudessemos realizar todas as entrevistas em um só local, o que foi confirmado como possível.

Como já dito acima, as entrevistas, foram realizadas com seis dirigentes, em um universo de onze. A análise das mesmas foi a qualitativa, com o intuito de conhecer as relações vivenciadas dentro do assentamento e como forma de fomentar a discussão teórica apresentada. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista gravada, que após serem transcritas foram apagadas e estão

referenciadas no corpo do trabalho como entrevistado A, B, C, D, E e F. Os entrevistados assinaram um termo de consentimento, o qual consta nos anexos.

Mesmo depois de realizada a entrevista, ao constatar que outras questões poderiam ter sido abordadas, verificamos que as falas dos entrevistados abordaram as mesmas. Ressaltamos que, em nenhum momento, desacreditamos de nossa pesquisa, pois, fatos como esse sempre vão acontecer, por mais elaborado que possa estar.

Infelizmente, no trabalho de campo, não foi possível nos apresentar a totalidade dos moradores para esclarecer o objetivo de tal pesquisa. Uma das impossibilidades se deu devido à distância existente entre as casas, assim como, o serviço de roça por eles realizados impossibilitava o encontro. Foi nos sugerido para comparecermos em um dia de reunião dos moradores do assentamento, mas, devido nossos compromissos empregatícios, não foi possível comparecer nos referidos dias.

Contudo, acreditamos que mesmo com algumas dificuldades e, mesmo, falhas ocorridas no percurso da pesquisa, a problematização foi contemplada

A organização desse trabalho se encontra distribuída em três capítulos. No primeiro denominado “Questão da terra, Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico Brasileiro” discutimos a relação da terra com o homem. A terra, a qual era tida como propriedade coletiva e, que com o sistema capitalista passa a ser propriedade privada. Contemplamos neste capítulo a influência da colonização portuguesa para a implantação da propriedade privada no Brasil.

No segundo capítulo denominado “Assentamento e Política Pública” apresentamos a formação do Movimento Sem Terra, a fim de compreender sua organização e objetivos enquanto movimento, buscando compreender a partir das falas dos dirigentes, se as políticas existentes contribuem para a inserção do movimento na sociedade.

No terceiro denominado “Estigma Social” analisamos a construção do estigma no interior da sociedade visando saber se existe algum estigma por parte da sociedade e se existe, se os assentados se reconhecem diante do estigma, e para finalizar seguem as considerações finais.

Com o objetivo de compreender os elementos presentes na relação da política de reforma agrária e os assentamentos e, como ela contribui para a formação destes, a questão norteadora do trabalho consistiu em desvelar os

avanços e desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo assentamento 8 de Abril, do início de sua luta a regulamentação de posse. Referimo-nos as dimensões: econômicas, políticas e sociais, por compreender que ambas estiveram presentes em todo o processo de formação de assentamento, desdobrando e rebatendo na formação e apresentação do assentamento 8 de Abril.

CAPITULO I - Questão da terra, Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico Brasileiro.

1.1– TERRA E O HOMEM

1.1.1 A relação do homem com a terra

Desde o início da relação do homem com a terra, esta se tornou para ele o meio essencial de garantir sua sobrevivência e desenvolvimento humano e social. Conseqüentemente a essa relação, os homens foram convivendo uns com os outros de forma igualitária, o que não foi diferente na utilização da terra.

As primeiras formas de propriedade da terra foram formadas por comunidades compostas por famílias que se relacionavam entre si e com as tribos vizinhas. Ao se referir à propriedade da terra nesse período, entendia-se que a terra era tida como propriedade coletiva e não como propriedade de uma única pessoa, as famílias não permaneciam em um único espaço, estavam sempre em busca de fontes de sobrevivência, o que os tornavam proprietários da terra.

De acordo com Marx (2011) essa forma de utilização da terra foi uma das primeiras formas de sobrevivência vivenciadas pelo homem, o que levou esses primeiros povos a ficarem conhecidos como nômades, o que quer dizer que não possuíam lugar fixo.

Nesse sentido, esses homens chamados nômades só permaneciam em um determinado lugar com suas famílias ou tribos se conseguissem adaptar-se naquele lugar e tivessem condições de se manterem naquele espaço. De acordo com o autor acima citado, a terra representa para o homem a base de sua sobrevivência fornecendo a ele os meios para que nela se mantenha, contudo, nessa primeira relação estabelecida entre o homem e a terra, ele se apropria dela e forma assim uma comunidade, na qual trabalham e produzem de forma conjunta.

A forma desta apropriação poderá se realizar de maneiras diversas, embora a relação básica se mantenha a mesma. [...] Como a unidade é o proprietário efetivo e, ao mesmo tempo, pré-condição real da propriedade comum, torna-se perfeitamente possível que apareça como algo separado, superior às numerosas comunidades particulares reais. O indivíduo é, então, na verdade, um não-proprietário. A propriedade — ou seja, a relação do indivíduo com as condições naturais de trabalho e reprodução, a natureza inorgânica que ele descobre e faz sua, o corpo objetivo de sua subjetividade — aparece como cessão (Ablassen) da unidade global ao indivíduo, através da mediação exercida pela comunidade particular (MARX, 2011, p.65).

Neste aspecto, sendo a terra considerada propriedade coletiva, um único indivíduo não era por si só proprietário dela, pois está só era reconhecida como propriedade quando apropriada e reconhecida coletivamente.

Ainda nesta primeira forma de relação do homem com a terra, quando partilhavam suas relações sociais entre famílias e tribos havia pessoa para mediar essas relações, que de acordo com o autor, era denominado de déspota, aquele que chefiava as comunidades menores, iterando-as umas com as outras, além de se apropriar do trabalho excedente.

O despotismo oriental aparentemente leva a uma ausência legal de propriedade. Mas, de fato, seu fundamento é a propriedade tribal ou comum criada, na maioria dos casos, por uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade que, assim, faz-se completamente auto-suficiente, em si mesma contendo todas as condições de produção e de produção de excedentes. Parte de seu excedente de trabalho pertence à comunidade mais elevada que, por fim, assume a forma de uma *pessoa*. Este trabalho excedente se realiza ao mesmo tempo como tributo e trabalho comum para a glória da unidade, destinada em parte para o déspota e em parte para a divindade tribal, imaginária (MARX, 2011, p.66).

Diante dessa forma de propriedade, o trabalho se deu de duas formas: na primeira o indivíduo trabalhava de forma independente com sua família na terra que lhe foi confiada e, na segunda ele poderia se envolver em uma organização igualitária do trabalho (Marx, 2011). No entanto, essa primeira forma de relação do homem com a terra foi aos poucos sendo substituída por outra que junto as transformações decorrentes da história.

A comunidade é, aqui também, a condição prévia, mas, diferentemente de nosso primeiro caso, não mais constitui a substância da qual os indivíduos são simples acidentes (Akzidenzen) ou meros componentes naturais espontâneos. A base, aqui, não é a terra, mas a cidade, núcleo já estabelecido (centro) da população rural (proprietários de terras). A área cultivada é território da cidade, enquanto, no outro caso, a aldeia era simples apêndice da terra. Por maiores que sejam os obstáculos que a terra possa opor aos que a trabalham e dela realmente se apropriam, não é difícil estabelecer uma relação com ela, enquanto natureza inorgânica do indivíduo vivo, como sua oficina, meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de subsistência do sujeito (MARX, 2011, p. 67).

Isso quer dizer, que as cidades passaram a ser a base das relações, diferenciando-as.

[...] não é mais a propriedade comunal direta, em que o indivíduo não é um proprietário, quando isolado da comunidade, mas apenas seu ocupante. Nas circunstâncias em que a propriedade individual não exige trabalho comunal para valorizar-se (como exige, por exemplo, com os sistemas de irrigação do Oriente), o caráter primitivo da tribo pode desaparecer pela própria dinâmica da história ou por migração; a tribo pode mudar-se de seu local de fixação original e ocupar solo *estrangeiro*, passando a viver sob novas condições de trabalho e desenvolvendo mais as energias dos indivíduos. Na medida em que se acentua a atuação destes fatores, e quanto mais cresce a tendência de se definir o caráter comunal da tribo — enquanto unidade negativa contra o mundo exterior — mais se impõem as condições que permitirão ao indivíduo tornar-se proprietário privado de um lote definido de terra, cujo cultivo corresponderá somente a ele e à sua família (MARX, 2011, p. 67-68).

Isso não quer dizer que a comunidade deixou de existir, pois esta continuou sendo necessária para acessar a terra, o que mudou é que o indivíduo nessa nova relação se tornou proprietário privado da terra. Neste aspecto, diante das transformações advindas dessa mudança, com o passar do tempo originou-se a economia da propriedade, que o autor acima aponta como a origem extra-econômica da propriedade, que nada mais é do que a origem da economia burguesa, que conseqüentemente foi o período que originou o trabalho assalariado.

1.1.2 A terra no sistema capitalista

Diante do desenvolvimento do sistema capitalista, o campo assim como a cidade, sofreu profundas transformações, porém cada um tem sua complexidade particular. Com o início do sistema capitalista de produção e com a implantação da lei de terras, a propriedade livre, bem como a propriedade comunitária da terra deixam de existir. A agricultura passa a ser um meio de exploração da terra e do trabalhador. Comprar a terra passa a ser condição mínima para que o agricultor consiga desenvolver suas atividades, já que sua subsistência advém da terra.

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador do meio de produção, e do mesmo modo na agricultura, subtrai a propriedade do trabalhador agrícola e subordina-o a um proprietário que explora a agricultura para obtenção do lucro (MARX, 1985 p.706).

Dito de outra forma, a terra, tida como meio de subsistência, por meio da qual o agricultor desenvolve suas atividades (planta, colhe e etc.) e dela sobrevive, com o advento do sistema capitalista, as relações produtivas se alteram devido ao sistema considera-la uma fonte de renda.

Para Marx (1985), por ser atribuído capital à terra, por meio de melhorias de natureza química, adubação, obras de irrigação e terraplanagem, que contribuem na melhoria da terra e ajudam a aumentar o seu valor, está é considerada fonte de renda. Sobre o capital empregado, este mesmo autor coloca que:

O juro pelo capital empregado na terra e pelas melhorias que ela assim adquire como um instrumento de produção pode integrar a renda que o arrendatário paga ao proprietário, mas que não faz parte da renda fundiária propriamente dita, paga por utilizar-se a terra como tal, seja ela virgem ou cultivada. [...] o arrendatário faz todos os investimentos de caráter mais transitório, exigidos na agricultura pelos processos normais de produção. Esses investimentos como próprio cultivo da terra, se efetuado de maneira algo racional, não se reduzindo, portanto, ao esgotamento brutal do solo, como o faziam com os antigos senhores americanos de escravos, e contra isso os proprietários da terra estipulam cláusulas no contrato – melhora o solo, aumenta a produção e transforma a terra de simples matéria em capital terra (MARX, 1985, p. 711).

Por meio de melhoria da terra e dos investimentos a ela aplicados e, também, do trabalho desenvolvido pelo arrendatário, é possível compreender que ao cumprir com as funções constantes em seu contrato de trabalho, ele agregou valor na terra trabalhada e, que não é de sua propriedade. Nesse sentido é evidente que:

[...] a terra cultivada vale mais que a inculta. [...] ao fazer novo contrato de arrendamento o proprietário acrescenta à renda fundiária propriamente dita o juro pelo capital incorporado à terra, alugue-a ao arrendatário que fez as melhorias ou a outro. Assim cresce sua renda, ou o valor da terra fica aumentado no caso de querer vendê-la. Vende, além da terra solo melhorado, o capital incorporado à terra e que nada lhe custou. Aí está um dos segredos - se abstraímos do movimento da renda fundiária propriamente dita – do enriquecimento ascendente dos proprietários das terras, do aumento contínuo de suas rendas e do valor monetário crescente de suas propriedades com o progresso do desenvolvimento econômico (MARX, 1985, p. 711-712).

Porém, ao que referir-se à renda fundiária é possível entender que esta ocorre por meio da melhoria do solo e do capital a ela incorporado, ou seja,

utilizando-se assim do investimento deixado pelo arrendatário que a cultivou anteriormente, restando para o proprietário o lucro obtido pela renda fundiária.

Neste aspecto, para que a produção do campo esteja na lógica mercadológica imposta pelo sistema, é necessário a existência de duas classes sociais: a dos trabalhadores e a dos proprietários. Os primeiros por não terem condição de ser dono do meio de produção, vendem sua força de trabalho em troca de um salário por mês, os segundos, por possuírem a propriedade privada, empregam os trabalhadores na condição de assalariados. Assim sendo, o modo capitalista de produção:

[...] transforma a agricultura, que deixa os processos da fração menos evoluída da sociedade [...] dissocia por completo a sociedade fundiária das relações senhoriais e de sujeição, e ainda separa de todo a terra como condição de trabalho da propriedade fundiária e do proprietário, para quem a terra nada mais representa que um tributo em dinheiro [...] (MARX, 1985, p. 709).

O sistema capitalista além de intervir na produção fundiária, intervém na relação homem/natureza. Por um lado, aos poucos o trabalhador passa a não se sentir pertencente no processo de produção, por outro lado, o proprietário de terras ao considerá-las como fonte de renda/capital/lucro, desconsidera sua propriedade como um meio de produção de produtos necessários para sobrevivência, considerando-a como um simples meio de obter lucro.

A modernização que ocorreu na agricultura ao invés de transformar os pequenos proprietários de terras em grandes latifundiários transformou o capitalista em latifundiário. De acordo com Marx isso é fruto da aliança firmada entre burgueses, grandes proprietários de terras e o poder político, aliança essa que solidificou a propriedade privada da terra.

1.1.3 Posse de terra no Brasil - seus desdobramentos a partir da colonização portuguesa.

Desde o descobrimento do Brasil em 1500 pelos portugueses, os quais colonizaram a terra e dela tomaram posse, com a intenção de explorá-las, a desigualdade passou a existir entre os povos brasileiros, desigualdade essa que tirou o direito de acesso e de utilização da terra, a qual era antes, utilizada de forma livre pelos povos indígenas. Essa desigualdade nasceu a partir do momento em que

os portugueses chegaram ao Brasil e encontraram os povos indígenas, os quais possuíam uma cultura totalmente diferente da sua.

Na visão dos portugueses, os indígenas não eram civilizados, o que os diferenciavam e os tornavam responsáveis em ensiná-los, ou seja, domesticá-los de acordo com a cultura vigente em Portugal. Nesse sentido, tendo como principal alvo tornar os índios “civilizados”, os portugueses se utilizaram da domesticação indígena como forma de exploração da terra. Ao ensinar aos índios os seus valores, os portugueses ensinaram a eles o sistema de troca; objetos sem valor, por informações valiosas e riquezas que não tinham em Portugal, com isso, apresentaram aos índios a forma de utilização da terra como fonte de exploração. Ao trocar objetos por trabalho, os índios foram percebendo a diferença entre possuir a terra como propriedade individual e como um bem coletivo.

No início, essa estratégia de domesticação e de obtenção de produtos pela força de trabalho por meio da troca de objetos, deu certo, mais depois de algum tempo, os índios perceberam que estavam sendo enganados, pois estavam sendo obrigados a trabalharem em suas próprias terras em benefício dos portugueses. A partir de então, se inicia no Brasil a luta pela terra, luta essa que gerou vários conflitos e a morte de vários índios, conflitos esses que até os dias atuais fazem parte do cenário da luta pelo acesso à terra.

Com a expansão do domínio português sobre as terras brasileiras, criou-se o processo de concessão das sesmarias¹, a qual se concretizava a partir de um documento quedava o direito de cultivo à terra a quem a tornasse produtiva, caso contrário, não havendo produção a mesma teria repassada para outro proprietário. Essa medida deixa clara a intenção de mera exploração das terras, à medida que se a cultivasse e a tornasse produtiva, a coroa expandia mais o seu domínio.

De acordo com Silva (1980) a partir deste momento surgiram os latifúndios e conseqüentemente a mão de obra escrava, com o intuito de produzir para a exportação. Os produtos mais rentáveis desse período foram o açúcar seguido do café, os quais abasteciam o mercado e mantinha o giro de capital, conseqüentemente, a obtenção de lucro, seja por meio da exportação do café e do açúcar, seja por meio da importação de mão de obra negra/escrava.

¹ Instituto de origem portuguesa que pressupunha a doação de terras mediante a comprovação do cultivo. Depois de cultivadas deveriam se medidas e finalmente confirmadas, que dava a seu detentor pleno direito de posse. Caso não fossem cultivadas, as terras seriam devolvidas à coroa e redistribuídas a quem efetivamente as tornasse produtivas. (ALVEAL; MOTTA, 2010, p. 427)

Nesse período existiam basicamente dois extratos sociais: os senhores e os escravos, sendo os senhores, os latifundiários, proprietários de terras que precisavam de mão de obra para trabalhar na produção e, os escravos, os quais serviam de mão de obra para os senhores latifundiários, trabalhando sem liberdade, sem direitos trabalhistas, além de sofrerem castigos físicos.

Frente a essa situação socioeconômica e política, a maior parte da terra passou a se concentrar nas mãos dos grandes proprietários, pois para se ter acesso àquela, teria que cultivá-la, condição que impossibilitava os demais de possuí-la. Neste contexto surgiram os posseiros², uma nova massa de trabalhadores rurais excluídos do acesso à terra, o qual voltava-se aos amigos da coroa, ou seja, aos mais próximos a ela, e quem não o fosse estava impossibilitado do direito de posse, desta forma, os posseiros, compravam-na de forma ilegal.

No decorrer do século XIX, com o declínio do regime escravocrata e com a extinção do regime de sesmarias em 1822, a elite brasileira, necessitou de uma lei que a favorecesse, como solução para manter a estrutura agrária. Ela deveria regulamentar o direito à terra mediante compra em dinheiro e legalização do direito de acesso e posse, a quem pudesse pagar por um dado pedaço de terra. o intuito da elite com a legalização das terras foi conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, tendo em vista o declínio do regime escravocrata, pois entendiam que se os imigrantes europeus trazidos para trabalhar e os pobres tivessem acesso livre a terra, iriam preferir trabalhar em suas próprias terras ao invés de trabalhar nas lavouras. Passados quase trinta anos do fim do regime de sesmaria, implantou-se a Lei de Terras em 18 de setembro de 1850, a lei nº 601 de Elzébio de Queiroz a qual previa:

A delimitação da propriedade no Brasil e a forma de concessão de novas propriedades a partir dessa data. Por um lado, a lei previa a legitimação das sesmarias concedidas que não haviam caído em comisso, a legitimação de outras posses (ocorridas essencialmente no período compreendido entre 1822 e 1850) e a demarcação das terras devolutas. Por outro lado, foi uma forma de se estimular a entrada de imigrantes no Brasil, já que previa o fim do trabalho escravo, sendo necessária a transição para o trabalho livre (FILHOS; FONTES, 2009, p.60).

² É aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade. (GRYNSZPAN, 2010, p.373)

Em relação à transição do trabalho escravo, para o trabalho livre, a Lei Elzébio de Queiros, de acordo com estes mesmos autores:

Seria financiada pela venda de terras devolutas da Coroa. Embora as medidas não tivessem uma correlação intimamente dependente, houve então, uma vinculação entre a questão da regulamentação da propriedade privada e a imigração. O que se pode concluir diante da Lei de Terras é que essa foi uma espécie de divisor de águas em relação à territorialização do Brasil, tanto na legitimação da propriedade privada e do latifúndio como na demarcação de terras devolutas no país (p. 66).

Contudo, enquanto outros países buscavam reparar os problemas advindos da concentração da propriedade de terra, no Brasil isso não aconteceu, pois a lei de terras ao invés de facilitar seu acesso, dificultou-o, ao restringir o seu acesso somente a quem tivesse dinheiro para comprá-la.

Nesse sentido, o Brasil fez o contrário dos Estados Unidos que abriu as terras da fronteira do Oeste para livre acesso aos colonos que quisessem ocupá-la mediante uma supervisão do governo. “Essa foi a reforma agrária americana, que assegurou a transformação do Oeste num dos grandes celeiros mundiais de alimentos, inicialmente com a agricultura familiar” (MARTINS,1997 apud MIRALHA, 2006, p. 153-154).

De acordo com Motta (2010), até a implantação da Lei em 1850, não havia uma distinção entre posse e propriedade, foi com a promulgação da lei de terras que se estabeleceu a posse, ou seja, foi com a lei que passou a ocorrer a mercantilização fundiária demarcando o início do capitalismo na agricultura.

No entanto, o objetivo que se constata com a promulgação da lei:

Era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder (MARTINS, 1997 apud MIRALHA, 2006, p.154).

Nesse contexto, a relação com a terra e com o trabalho é alterada, e a partir dos anos 1888, começam a surgir pequenas fábricas, as quais passam a contribuir com o crescimento da industrialização, e também da produção agrícola. A centralidade da produção deixa de ser somente nas extensas fazendas. Na primeira metade do século XX, em consequência à crise de 1929, o preço do café sofreu uma

queda e a economia brasileira passou por algumas transformações que resultaram na mudança da economia. A partir da década de (19)30 o país foi perdendo sua centralidade cafeeira, deixando de ser um país agrário exportador, configurando-se como um país urbano industrial.

No período de 1955/1961 o grande setor cafeeiro, passa a dar lugar para as indústrias pesadas, como: as siderúrgicas, a petroquímica a de materiais elétricos e no início nos anos sessenta, entram em cena as fábricas de máquinas e insumos agrícolas, período esse que pode ser denominado de industrialização da agricultura. O setor agrícola brasileiro passou por uma modernização e, segundo Buainain (2003), adotou uma estratégia de modernização conservadora, por considerar a agricultura um atraso\empecilho ao desenvolvimento econômico e, por não atender a demanda capitalista, o que fez com que a terra passasse a ser vista como uma reserva de valor e de poder.

Na verdade, o que ocorreu no Brasil foi uma interpretação equivocada, enquanto nos países desenvolvidos a agricultura familiar³foi desenvolvida com o objetivo de reduzir a pobreza, no Brasil essa questão foi desconsiderada. Miralha ressalta que:

[...] a pequena produção familiar sempre teve importância no Brasil e continua resistindo, apesar do governo incentivar apenas a grande produção monocultora. Assim, se a produção familiar tivesse o apoio necessário, teria condições de se desenvolver e dinamizar a produção agropecuária brasileira. Dessa maneira, fica evidente a necessidade da reforma agrária (MIRALHA, 2006, p.156).

Para Buainain (2003), com a inserção da industrialização no campo e com os elevados preços da terra e também a falta de políticas e programas direcionados a reforma agrária, crédito, pesquisa e assistência técnica voltada para melhorar a produção familiar, a estratégia de desenvolvimento rural no Brasil, resultou em desastre social de grandes proporções.

1.2 QUESTÃO DA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

1.2.1 Questão Agrária no Brasil

³ O termo agricultura familiar se refere a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho concebidos segundo a lógica da produção industrial (NEVES, 2010, p.23).

No Brasil, devido às formas de apropriação da terra desde a colonização, mais tarde no direito de acesso à terra mediante compra, tornando-a propriedade privada, uma outra questão coloca-se em análise: a questão Agrária, a qual de acordo com que é apresentado por Miralha (2006):

[...] surge [...] quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra (MARTINS,1997, apud MIRALHA, 2006, p.154).

Durante muito tempo a questão agrária foi vivenciada no Brasil em meio a conflitos sangrentos que ocorreram entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional, o qual era apoiado pelo estado. Episódios como o das guerras de Canudos⁴ e Contestado⁵, deixam claro que essa é uma questão que envolveu fatores religiosos, políticos e sociais.

No final da década de (1950) e início da década de (1960), em específico no governo de João Goulart (1961-1964), o qual compartilhava de um pensamento progressista, entendendo que a Reforma Agrária era necessária para a modernização do país, o movimento agrário ganhou força tornou-se pauta na política pública do estado.

Durante esse governo foi criado a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag)⁶, a qual iniciou o processo de reforma agrária com a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA)⁷. Após a extinção da Supra pelo

⁴ Canudos era uma pequena região da Bahia que por volta de 1893 e 1897 foi destruída pela guerra e pelo fogo no desmonte do movimento sócio religioso liderado por Antônio Conselheira, pelas tropas do exército da recém-instalada republica brasileira (LIMA, 2010, p.80).

⁵ A guerra de contestado foi um dos maiores conflitos armados da história republicana brasileira. Ocorrida entre 1912 e 1916 em uma área de fronteira disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná envolveu dois terços do exército de então e mais de vinte mil pessoas. (CARVALHO, 2010, p. 124).

⁶ Organização de sindicatos rurais criada em 22/12/1963 e reconhecida em 31/01/1964 por meio do Decreto Presidencial nº53.517. Construída no contexto histórico dos debates em torno das Reformas de Base e como resultado concreto das reivindicações do Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em 1961 em Belo Horizonte, a Contag reunia então 14 federações e 475 sindicatos de trabalhadores rurais (CARVALHO, 2010, p.122)

⁷ Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) órgão criado pelo então presidente da República João Goulart, com o objetivo de execução da reforma agrária no país. A supra foi extinta pelo governo Estado da Terra (SILVA,2010, p. 450).

Estatuto da Terra no final do ano 1964, criou-se o IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com o objetivo de efetivar a Política de Reforma Agrária.

Com a chegada da ditadura, os avanços estacionaram e ficaram à mercê da decisão das elites, que ao invés de promover uma mudança na estrutura fundiária do país, optaram por investir mais em tecnologia do campo. Durante esse período pouco se falava sobre a questão agrária devido à repressão política, bem como, por muitos acreditarem que o aumento da produção agrícola havia solucionado a questão agrária.

Segundo Silva (1980), a questão agrária difere da questão agrícola, por ligar-se:

As transformações nas relações de produções: como se produz de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e o emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo (p. 11).

Nesse período o grande proprietário de terras era o capital, pois a ditadura desenvolvia a política de incentivos fiscais, onde o capital personificado pelo capitalista era quem mais ganhava com a propriedade da terra. José de Souza Martins (1999) ressalta que:

[...] sendo a questão agrária mais do que a questão dos antagonismos de classes sociais, é também uma questão estrutural maior do que a das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais. Uma reforma desse tipo interessa não apenas aos pobres, como frequentemente se supõe. A principal frente de luta e as principais lideranças da luta pela Reforma Agrária vêm da classe média, ainda que de uma classe média recente, e não raro de intelectuais que não têm nenhum vínculo com a terra ou agricultura, razão, aliás, das muitas distorções que tem alcançado debate político sobre o tema (p.101).

Constata-se com a colocação do autor que a questão agrária é uma questão estrutural que não impulsiona somente os pobres a lutarem por mudança, devido ao fato de ser uma questão que para além das questões econômicas perpassam também a estrutura da sociedade, atingindo a capacidade produtiva do país, mais também impulsiona a classe média, classe essa recente no cenário atual, que luta

pela efetividade da reforma agrária e pela revisão do direito de propriedade. Ao constatarem na prática a sua legitimidade, os motivos que a leva a lutar é de caráter ideológico voltado para solução das injustiças sociais do que pela necessidade de mudança. Para o autor o problema da questão agrária é uma questão estrutural relacionada com o modo que se aboliu os escravos, bem como, a forma como se implantou o direito fundiário que impossibilitou a reformulação da estrutura agrária no Brasil.

A concentração da terra levou a um rápido e intenso processo de urbanização, o qual contribuiu com a ampliação do mercado interno voltado à indústria, pois as pessoas que viviam na cidade precisavam suprir suas necessidades e para isso, adquiriam produtos industrializados. Em decorrência desse novo consumidor, as fazendas deveriam produzir para além da exportação, era preciso produzir para alimentar a população urbana, o que desencadeou a necessidade de especialização na produção, ou seja, não era mais uma única fazenda que produzia todos os produtos, cada fazenda passou a produzir especificamente um produto, como por exemplo: fazendas específicas de; cana de açúcar, de café de leite e etc. Cumpre ressaltar que com a entrada da industrialização no campo na década de setenta no Brasil, produtos como o adubo que era produzido pelas indústrias bem como, alguns animais de trabalho, foram substituídos por máquinas, fato este que contribuiu para o êxodo rural, resultando em uma intensa migração da população do campo em direção as cidades.

Os fatos acima apresentados esclarecem que tanto a agricultura se especializou e cedeu lugar a modernização, quanto a própria indústria criou o mercado que precisava para garantir seu espaço e crescimento. A criação do mercado encontra-se intimamente relacionado à ampliação da fronteira agrícola, ao êxodo rural e ao crescente número de consumidores.

A questão agrária brasileira em sua origem possui alguns elementos principais, como: a desigualdade a contradição e o conflito, elementos presentes na luta pela terra. Contudo a desigualdade e a contradição brasileira possuem uma particularidade, estão diretamente ligadas ao processo de colonização que privilegiou as elites econômicas da época, e excluiu os indígenas que aqui habitavam. A coroa portuguesa realizou um sistema de distribuição de grandes extensões de terras, chamada de sesmarias, destinadas às pessoas portadoras de grande soma de riqueza e, capazes de investirem na produção de cana-de-açúcar.

Enfim, a ocupação do espaço agrário brasileiro foi marcada pela formação de latifúndios (propriedades rurais muito extensas) visando à produção predominante de um único tipo de produto (o açúcar), seguido pelo ciclo do café.

Nos dias atuais a questão agrária possui um amplo debate, devido à expansão das relações de produção capitalistas no campo, o que afeta diretamente as várias dimensões, sejam econômica, social, política ou jurídica da população camponesa e urbana. A propriedade da terra no Brasil gerou consequências, dentre elas: a expulsão de mão de obra; um mercado de terras restrito; em questões jurídicas (referente à titulação); em família sem-terra (pobreza rural e urbana) e em conflitos sociais e agrários.

Convém esclarecer, que a questão agrária não pode ser confundida com reforma agrária. Enquanto a segunda, refere-se a uma política, que tem por objetivo a distribuição de terras improdutivas, na qual o Estado compra a terra dos latifundiários e repassa ao MST, a primeira, possui uma história, uma gênese, desdobramentos históricos, sociais e políticos que marcam e demarcam seu lugar no decorrer dos séculos, ou seja, a questão agrária possui sua própria temporalidade, que independe dos períodos governamentais e passa a compor as problematizações acerca da dinâmica social e política .

1.2.2 A reforma Agrária no Brasil

Devido à interferência do sistema capitalista na produção fundiária, e aos problemas advindos, anteriormente ao golpe de 1964 promulgou-se uma lei de regulamentação das relações de trabalho, a qual se estendeu aos trabalhadores rurais, e as relações atrasadas (formas de trabalho que não havia acompanhado o desenvolvimento) estabelecidas até então no trabalho do campo, as quais passariam a serem relações contratuais e assalariadas. De acordo com Martins (1999) a lei aprovada através do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962, durante o governo de João Goulart, viabilizava a interpretação legal dos conflitos não como conflitos fundiários, mas como conflitos trabalhistas.

O autor, também observa que a ação dos seguimentos da população contrários ao golpe, dividiu e enfraqueceu a organização dos trabalhadores rurais, de um lado estavam os que lutavam pelo salário e pelos direitos trabalhistas e, do outro lado se encontravam os que lutavam pela terra. Especificamente foi a partir de 1962 que

parte da sociedade começou a se organizar politicamente em prol de seus direitos e, nesse momento surgem setores da sociedade para lutar pela Reforma Agrária.

As transformações ocorridas no decorrer do século XX, tanto no âmbito econômico, como social e político, fizeram com que o Brasil passasse por um período de transformações das quais desencadearam vários movimentos sociais, dentre eles: o movimento de luta pela Reforma Agrária.

A palavra Reforma de acordo com Umbelino (2010) deriva do prefixo “re” da palavra “formare” a qual é a forma de existência de uma coisa ou de um sentido e o prefixo “re” significa renovação. No entanto a palavra “reforma” possui significado de mudança de uma estrutura que já existe, levando o sentido da palavra Reforma Agrária a uma ideia de renovação da estrutura fundiária atual, porém as leis que compõe a política de Reforma Agrária constituem-se em instrumentos contrários à estrutura agrária existente.

O século XX é considerado por diversos estudiosos como o século da Reforma Agrária, por ser marcar profundas mudanças socioeconômicas e políticas, consequência da afirmação do modo de produção capitalista que agravou o quadro de desigualdade no país. No entanto vale lembrar, que a Reforma Agrária se inicia na década de (1960). Com as reivindicações por reformas de base (agrária, urbana, bancária e estudantil) e, por a busca de melhorias de vida no campo.

No período da ditadura, quando a reforma agrária foi negada houve a aprovação do Estatuto da Terra⁸, que buscou garantir a modernização da agricultura nas grandes propriedades e, fazer com que a luta dos trabalhadores do campo se enfraquecesse. Durante o regime militar também foi criado por meio do Decreto - Lei nº 1110 de 9/7/1970 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, com o objetivo de regulamentar as obrigações relativas à reforma agrária, a desapropriação de terras improdutivas e, a regularização de assentamentos de famílias (diz respeito a colonização)⁹, a eletrificação rural, o desenvolvimento científico e técnico agrícola.

⁸ Criado pela lei 4.504, de 30/11 de 1964, foi uma resposta legal às pressões de diversos setores da sociedade pela Reforma Agrária (SILVA, 2010, p.198).

⁹ Através da autarquia vinculada originalmente ao Ministério da Agricultura, o INCRA teve sua atuação marcada nos anos 1970 pelas tentativas de colonização, principalmente na Amazônia, não se excluindo aqui regiões como o norte de Mato Grosso e Maranhão. O sentido de colonização neste caso refere-se também, ao conceito de migração e colocação de trabalhadores a entrada e instalação de trabalhadores numa região, normalmente acompanhados das famílias, para dedicarem-se a atividades pastoris (RIBEIRO, 2010, p.261; GREGORY, 2010, p. 98).

Com o término do período ditatorial as reivindicações pela reforma agrária cresceram, e passaram a contar com o apoio de várias entidades, organizações, partidos, igrejas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais Sem Terra e movimentos sociais em geral, o que favoreceu seu debate na construção da constituinte, no entanto, a Constituição de 1988 não contemplou tais reivindicações.

A Reforma Agrária deve ser entendida como mudança na estrutura política e social do campo e também como a adoção de uma política de crescimento e desenvolvimento econômico e social no país e não como uma mera distribuição de terra.

Para que Reforma Agrária realmente se efetive, é necessário que o país tenha a presença de um forte aparato governamental, vontade política e segurança jurídica para os novos donos da terra, dando suporte técnico organizacional e financeiro; incentivos econômicos aos beneficiários, apoio à produtividade e formação de empresas não agrícolas e uma boa política agrária que possua bons sistemas de registro, planejamento e tributação da terra. Além do mais, para implantação da Reforma Agrária é necessário à existência de duas políticas fundamentais: a política fundiária e a política agrícola.

A política fundiária refere-se ao conjunto de princípios que as diferentes sociedades definiram como aceitável ou justo para o processo de apropriação privada da terra [...]. Na política fundiária, está incluído também o conjunto de legislações que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra, as legislações especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercícios de poder e programas de financiamentos para aquisição da terra. A política agrícola, por sua vez, refere-se ao conjunto de ações de governo que visa a implantar nos assentamentos de reforma agrária assistência social, técnica, de fomento e de estímulo na produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários [...] a política fundiária e a política agrícola formam os dois pilares da reforma agrária (UMBELINO, 2010. p.389-390).

A imbricação dessas duas políticas se dá pelo fato de uma necessitar da outra, ou seja, a política fundiária existente desde a aprovação da Lei de Terras 1850, deixou várias pessoas sem condições de acesso à terra ou até mesmo de produção (no caso pequenos agricultores). Por ser uma política que estabeleceu regras de acesso e, não o estimulou, bem como a permanência na terra daqueles dos que não possuíam condições financeiras, houve a necessidade da existência política

agrícola, esta alcançada por meio dos movimentos sociais de luta pela terra, acesso a assistência social e técnica aos assentamentos de reforma agrária.

O Brasil é um país que possui muitas terras, em contrapartida, sabemos que os países que possuem terra em abundância encontram dificuldades em seu crescimento econômico e, não conseguem promover a justiça social, deixando várias pessoas sem ter o direito de acesso à terra. A Reforma Agrária é pensada como uma política para o enfrentamento dessa situação de disparidade no acesso à terra, porém, trata-se de uma política que para ser implementada precisa de uma forte base política que a sustente.

1.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

1.3.1 Mundo rural e desigualdade social no Brasil

Diante das considerações acima, constata-se que o Brasil tem sua construção histórica a partir dos desdobramentos da colonização, que desde então não permaneceu parado no tempo.

O Brasil com sua opção desenvolvimentista passou por momentos de elevado índice econômicos. Era um estado conservador nas relações sociais, principalmente no que diz respeito às populações rurais. Diferenciando-se de outros países o Brasil não estabeleceu padrões básicos de igualdade social, mantendo a terra concentrada como propriedade privada. Mesmo assim, o país obteve certos avanços, como abolição da escravatura e a independência política e, passou por várias fragilidades, levando a industrialização a perder sua força e, pela crise agrária a qual levou para as cidades um contingente de pessoas para serem absorvidas pelo trabalho urbano.

Tal situação resultou em um período de crise para o país, restando como saída a implantação do sistema neoliberal. Nesse sentido, a política neoliberal passou a ser usada como uma estratégia nacional de desenvolvimento, fazendo com que o desenvolvimento econômico passasse a ser visto como um fenômeno histórico nos países capitalistas.

Uma importante contribuição se faz presente em uma análise apresentada por Bresser Pereira. Ele esclarece:

Que a ideia do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracteriza o mundo moderno. Em um primeiro momento a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido

com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro: a aceleração do progresso torna sistemática a incorporação de novas tecnologias, e o conseqüente aumento da produtividade passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas (PEREIRA, 2006, p.4).

No caso do Brasil, o desenvolvimento capitalista se expandiu complexamente no campo implantando o trabalho assalariado, buscando trazer o trabalhador agrícola como sujeito social para dentro do sistema, visando o desenvolvimento da agricultura. Um fator importante desse sistema é que ele camufla a exploração, ou seja, ele busca o crescimento econômico através da exploração de trabalhadores assalariados sem que eles percebam, além de fazer a fusão em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Essa fusão não possibilitou que a modernização que ocorreu na agricultura transformasse os agricultores em empresários capitalistas, mas possibilitou que os capitalistas industriais se transformassem em proprietários de terra, o quer dizer que a transformação advinda do desenvolvimento capitalista beneficiou o próprio capitalista. Assim sendo, essa situação solidificou ainda mais a desigualdade social, principalmente no que diz respeito ao acesso à terra.

A desigualdade existente nesse sistema não surgiu simplesmente pelo seu desenvolvimento, mas sim, pelo fato de ser parte constitutiva do capitalismo que para sua manutenção necessita da existência de duas classes sociais: os proprietários da mão de obra, ou seja, os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Nesse sentido Oliveira (2001) ressalta que:

As grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (p. 187)

Devido a forma de ocupação das terras brasileiras desde seu descobrimento, e a lógica que vem sendo usada pelo sistema capitalista, os mais prejudicados acabam sendo os habitantes do meio rural, por serem estes que desenvolvem de uma forma ou de outra a agricultura no país, mas, no entanto, não são valorizados perante o capital industrial.

A pobreza no mundo afeta particularmente a população que habita o meio rural, onde encontram-se, segundo a FAO (2002), 3233 milhões de pessoas, das quais 2881 milhões estavam concentradas nos países classificados como “em desenvolvimento” [...] países como Brasil e Colômbia concentram parcelas significativas de seus habitantes no meio rural em condições de pobreza, que acaba repercutindo na capacidade de emprego dessa população marginalizada e no seu acesso aos alimentos (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 782).

No meio rural, grande parte da população vive em pobreza, devido à falta de condições de se manterem no campo, e esta contribui significativamente para o índice de pobreza no mundo. Ao analisar os índices de desigualdade social e da pobreza a nível mundial, constata-se que nos dias atuais metade da população mundial vive em situação de pobreza, as regiões com maior índice de pobreza são: o Sudoeste Asiático e a África Subsaariana, as quais possuem os 50 países mais pobres. Países como Venezuela e México, metade da população rural vive em extrema pobreza. O Brasil concentra parcela significativa da população do meio rural em condições de pobreza, situação essa que acaba interferindo no emprego dessas pessoas, pois o meio rural é fonte de sua subsistência, e com isso aparece outro problema mundial: a fome.

Para além do crescimento econômico é necessário a redução da pobreza e o combate à desigualdade, pois o crescimento econômico por si só, não reduzira a pobreza. O índice de escolaridade precisa ser alto para que o crescimento reduza a pobreza, e o mais importante de tudo, é que precisa haver redistribuição de ativos para os mais pobres e igualdade de oportunidades no acesso a instituições públicas e privadas, pois somente assim os setores da população passarão por uma mudança e terão o mesmo direito ao acesso, seja no que diz respeito a saúde ou a educação.

No meio rural a pobreza é gerada justamente por essa desigualdade presente no sistema de produção capitalista. A desvalorização do trabalho no campo e o difícil

acesso a instituições públicas e privadas torna o mundo rural incapaz de alcançar tal desenvolvimento o que o leva a entrar no circuito da mercantilização, ou seja, de um lado é uma busca constante pela superação da desigualdade e do outro a manutenção da mesma.

Apesar da modernização da agricultura possuir vieses positivos (implementação de maquinários e insumos agrícolas) possui também vieses negativos, ao mesmo tempo em que facilita o trabalho, dificulta o acesso dos pequenos agricultores a esses serviços, o que torna uma grande parcela desses agricultores “atrasados” em relação ao desenvolvimento, além do aumento da taxa de desemprego, com a substituição do trabalhador pela máquina.

O desenvolvimento econômico não deixa de ser o responsável pela desigualdade que se solidifica cada vez mais pela falta de um Estado que tenha legítimo e capaz de formular políticas. É nesse processo contraditório que está pautada a implementação da Reforma Agrária, como uma política que visa a redução dessa desigualdade existente no meio rural.

Considerando a formação do Brasil e, tendo em vista a colonização portuguesa, o processo de modernização brasileiro adquiriu características particulares e peculiares que adquiriram as mais diversas feições: como desigualdade, a não aceitação do outro, a exploração tanto no âmbito físico quanto a terra, a divisão de classes e etc. Estes fatores acompanham o desenvolvimento brasileiro e contribuem para que o país não consiga reparar as consequências advindas do processo de modernização. É importante afirmar que o crescimento econômico e desenvolvimento social, devem andar juntos.

CAPITULO II: Assentamento e Política Pública

2.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

2.1.1 Formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sua importância para consolidação de assentamentos.

Frente ao contexto histórico da luta pela terra e dos desafios apresentados até os dias atuais na forma de acessá-la, nasceu em 1979 em Santa Catarina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que passou a lutar pelo direito de posse da terra, direito este, que lhe foi negado durante toda a história de colonização de terras no Brasil.

O MST teve sua gestação no período de 1979 à 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 2001, p. 207).

O MST é um movimento pensado, articulado e composto por pessoas que buscam a garantia de seus direitos diante de um sistema que tem como prioridade o capital e, torna precárias as condições de trabalho, fragilizando as relações e o acesso dos demais (trabalhadores) aos bens e serviços oferecidos pelo próprio sistema. Resultante das lutas camponesas, ele vem dar continuidade a luta pela terra de forma organizada. Destaca-se, por não se tratar apenas de uma luta por melhoria de vida, mas por lutar pela construção de uma nova sociedade, que tenha por pilares estruturais, a justiça, a dignidade e a cidadania, para tal, cobra do Estado o cumprimento da lei da Reforma Agrária, decreto nº 97766 de 10 de outubro de 1985.

Como tantos outros movimentos, o MST se solidificou juntamente as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no Brasil no decorrer dos anos 1990, estas decorrentes da implantação da política neoliberal a qual defende a não participação do Estado na economia e tem por ideal o desenvolvimento econômico.

Tais transformações contribuíram para um desenvolvimento desigual e contraditório no país, rebatendo nas formas de trabalho, e conseqüentemente no modo de viver das pessoas e no acesso da população às políticas públicas. A política neoliberal se solidificou como saída para a crise financeira que o Brasil estava vivenciando, tendo por objetivo a redefinição da estrutura econômica.

Em meio a essa reorganização do modelo econômico e político implantado na década de 90, os movimentos sociais como um todo, foram impulsionados a não mais lutarem basicamente por melhores condições de trabalho, mais sim, por obtenção de novos acordos empregatícios frente ao novo modo de organização produtiva estabelecido.

Diante do apoio da sociedade civil ao MST, (mesmo não sendo este um apoio homogêneo) e, devido sua organização, o movimento obteve ganho a nível Federal, tornando-se mediador na formulação da lei de Reforma Agrária. É inegável que o MST, juntamente com os demais movimentos sociais contribuiu sobremaneira para o processo de democratização do Brasil com a construção de valores democráticos, e continuam a contribuir na medida em que propõe pensar um novo caminho para o país onde estejam presentes: a justiça, a dignidade e a cidadania.

Devido a esse apoio, o nome Movimento Sem Terra no Brasil, perpassou a lógica de ser apenas uma categoria social de trabalhadores que não possuem terra, passando a ser um movimento que possui uma identidade de luta, que deixa sua marca no que diz respeito ao enfrentamento do sistema socioeconômico político vigente.

Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST! Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria crianças Sem Terra, ou Sem Terrinha, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mais um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou antivalores) que a sustentam (CALDART, 2001, p. 211-212).

A força que esse movimento possui atualmente foi obtida ao longo do tempo justamente por ele não ter se restringido apenas a circunstância de vida, mais sim como uma identidade formada coletivamente com o objetivo de intervir na realidade social modificando a conjuntura da sociedade, tendo sempre em vista alcançar seus objetivos por meio da garantia de direitos.

Neste aspecto, o movimento dos trabalhadores rurais permanece articulado com os assentamentos mesmo após a consolidação da compra da propriedade, pois além de necessitar de força política e coletiva para conseguir promover o crescimento do assentamento, os já assentados têm como função apoiar os que ainda não estão. Essa relação entre o movimento e os assentados, mostra que a articulação entre eles é de suma importância para que o movimento mantenha sua união e para que ambos não percam a identidade para conquistar seus objetivos.

2.1.1.1 Processo para se tornar assentado

Primeiramente para que uma pessoa possa se cadastrar para se tornar assentado, de acordo com o que é colocado pelo INCRA (2015), ela não pode: ser funcionário público (nas três esferas), isso se aplica também para o cônjuge; possuir renda que não venha do meio agrícola que perpassse três salários mínimos; ser dono ou sócio de alguma empresa (também se aplica ao cônjuge); ter sido assentada anteriormente (vale também para o cônjuge); ser proprietário de 01 módulo rural do município; ser portador de alguma doença física ou mental que prejudique o trabalho agrícola; ser estrangeiro não naturalizado; ser aposentado por invalidez (não se aplica ao cônjuge) e ser condenado pela justiça.

Como dito acima, essas regras são exigidas para o cadastro, depois de assentado, as regras do assentamento constam no verso do contrato de concessão de uso. Assim sendo, estando de acordo com as regras exigidas para a inscrição a pessoa pode efetua – lá. De acordo com o que é disponibilizado pela página do INCRA¹⁰, primeiramente a pessoa precisa fazer sua inscrição em alguma de suas unidades, pois é ele que inscreve, cadastra e seleciona candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, candidatos estes a serem futuros assentados.

¹⁰Autarquia Federal cuja missão prioritária é **executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional**. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais (Disponível em: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura)

Para realizar a inscrição, a pessoa deve apresentar: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho (CTPS); CPF – Cadastro de Pessoa Física; Certidão de Casamento Civil (ou certidão de união estável) e Atestado de óbito do cônjuge se viúvo.

Contudo, para se inscrever a pessoa precisa ser emancipada com idade entre 16 e 18 anos, deve ser sem-terra e estar na condição de posseiro, assalariado ou arrendatário, não possuindo propriedade para além de 01 módulo rural do município.

Depois de feita a inscrição o INCRA faz uma busca para ver se os candidatos possuem alguma pendência pública. Pesquisa dados na Receita Federal, na Polícia Civil, INSS, junta comercial, secretarias de segurança pública e prefeituras, entre outros.

Passado essa fase, as famílias selecionadas são classificadas para assegurarem vagas em imóveis recém-adquiridos, porém, a classificação prioriza os seguintes critérios: tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola; moradia no imóvel desapropriado; moradia no município; tempo de residência no imóvel e a renda anual familiar.

Após esses procedimentos, por meio de ato formal, o INCRA homologa as famílias selecionadas para o assentamento e, divulga o nome dos candidatos em um documento chamado Relação de Beneficiários (RB).

De acordo com a fala do entrevistado B, para formar um acampamento é feito um trabalho de base com as famílias carentes em várias cidades, diante disso coloca:

Esses grupos é o seguinte tem um pessoal que sai fazer trabalho de base, trabalho de base é feito nas comunidades, em vários municípios né, sai uma pessoa formada para aquilo, e vê quem quer vir para o acampamento, pra adquirir um pedaço de terra, porque uma família pobre ela nunca vai adquirir um pedaço de terra a não ser pelo movimento, então acontece que tem bastante conquista que nós conquistamos, então vão em várias cidades, porque qui nem aqui mesmo no assentamento 8 de abril, o pessoal de Jardim Alegre aqui é muito pouco que tem aqui dentro assentado, nós viemos de Cascavel, de Pitanga, de lá de (pensando) daquela região do Sudoeste, tem vários lugares (Entrevistado B).

2.1.2 De acampados a assentados.

Conforme esboçado acima, após efetuar o cadastro e aguardar o processo de seleção e posterior classificação, os indivíduos permanecem acampados, processo este onde se desdobra o início da luta de quem pretende se tornar assentado.

O acampamento é formado por famílias, onde estas acampam em uma determinada localidade, devendo ser um ponto estratégico para chamar a atenção da população em geral e das autoridades, além de precisar ser um lugar que possua fácil acesso à água e a escola. As moradias na maioria das vezes são muito precárias, construídas por lona preta e chão batido, algumas pessoas com mais condições financeiras constroem casas de madeira. Na condição de acampados eles devem criar suas próprias condições de sobrevivência.

Quando tem em vista uma propriedade a ser ocupada, eles acampam e lá permanecem por tempo indeterminado, podem também acampar também dentro da fazenda após a invasão, como foi o caso dos acampados de 8 de Abril até obterem a posse da propriedade. Para conseguirem essa propriedade sofreram várias ameaças por parte policial e dos pistoleiros da fazenda, conforme dito pelos entrevistados:

D- [...] fiquei aqui acampado, amiaça de despejo a polícia chegou prende nós no campo, fiquei preso no acampamento de cima nos tinha que fazer o trabalho pra não deixa o povo ser despejado la a polícia chegou prende a noite inteira, prendeu nós a tarde até umas duas, três horas da tarde, ficamo preso no campo de bola até de madrugada [...] C- uma das ameaças mais era pelas polícias do governo federal e estadual, na época da história nossa compõe uma perseguição política muito grande na época Fernando Henrique Cardoso e Lerner, mais é tivemos vários desacerto nessa questão aqui, de polícia, na época aqui a 7 mil tinha uma grande pistolage na época, uma segurança, uma segurança privada que as famílias vivia com medo na época perseguida, num dava pra fazer compra, não dava pra saí pra Arapuã, não dava pra saí pra Godoy Moreira, foi um período bem crítico de opinião das famílias memo (entrevistado D, entrevistado C).

Na formação do acampamento, é dado um apelido a cada membro como forma de segurança e proteção, e também para que quando procurados, não revelem a existência de líder, todos dizem sê-lo. Adotam essa estratégia para não sofrerem represálias, pois os integrantes do movimento, na maioria das vezes são perseguidos e mortos.

O primeiro dia no acampamento, o novo integrante do MST faz um cadastro (nome, membros da família, lugar de origem), depois constroem o barraco, nos passos seguintes participa das reuniões para entender da luta do MST, da organicidade de um acampamento, regras e funções de cada família ou pessoas que compõe o movimento no referido acampamento (MENDONÇA, 2010, p.27).

Mesmo na condição de acampados, os integrantes possuem muito sigilo e cuidado, para que ninguém se prejudique, mantendo-se sempre organizados. De acordo com Machado (2005) para não perder o foco de luta, os acampados se mantêm em constante assembléia, discutindo coletivamente questões de âmbito político, econômico e ideológico. O período de acampamento varia de acordo com o tempo levado para a expropriação da propriedade, podendo permanecer acampados por vários anos. Somente com a liberação da propriedade que eles formam o assentamento.

O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. [...] os assentamentos rurais podem ser definidos com a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.7-8).

Mesmo depois da conquista do assentamento é necessário que os assentados continuem na luta, pois a luta não terminou, existem outras necessidades a serem superadas. Para além da terra, é necessário que tenham condições econômicas e sociais para nela se desenvolverem. Essas condições de acordo com a lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a Reforma Agrária, devem ser dadas pelo governo federal, estadual e municipal, por meio de políticas que atendam essa população, disponibilizando serviços de saúde, educação, crédito rural, assistência técnica, transporte e eletrificação rural.

[...] no Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mais de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo,

principalmente a partir da primeira metade dos anos 80 (BERGAMASCO; NORDER, 1996 p.9).

Essa forma de diminuir a violência decorre de o fato dos governantes utilizarem a terra, como fonte de valor e de lucro e não como meio de beneficiar a sociedade econômica, política e socialmente. De acordo com os autores, a política de reforma agrária requer uma política agrícola eficiente juntamente com políticas sociais básicas para a diminuição dos problemas sociais no país.

2.2 APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO 8 DE ABRIL

2.2.1 Caracterização do Imóvel e o processo de ocupação

O município de Jardim Alegre possui uma área de 451,25 km², localiza-se na região Centro-Oeste do Norte do Paraná – Vale do Ivaí, limitando-se ao norte com Lidianópolis e Lunardelli, ao sul com Ivaiporã, ao leste com Grandes Rios e ao Oeste com Godoy Moreira, Iretama e Nova Tebas. Os patrimônios pertencentes ao município são: Barra Preta, Patrimônio dos Baianos, Jardim Florestal, Bairro do Cascalho, Bairro do Brasinha, Palmeirinha, Pouso Alegre, Placa Luar, Três Vendas, Vila Rural, Escolinha, Bairro são Bento, Bairro dos Pereiras e Fazenda Sete Mil, na qual se formou o assentamento 08 de abril.

Denominada fazenda Corumbataí, mais conhecida pelo nome Sete Mil, a fazenda localiza-se no município de Jardim Alegre, no Vale do Ivaí, no Estado do Paraná, numa região de terra roxa e solo fértil. Faz divisa com quatro municípios: Godoy Moreira (linha seca), Iretama, Nova Tebas (divisa com o Rio Corumbataí) e Arapuã. A área estava quase toda devastada na época que foi acampada, ali predominava vasta pastagem (colonião) e a criação de gado nelore e cavalos. Estava organizada em nove divisões internas: Sede, Xaxim, Canadá, Bananeira, Central, Grotão, Corimba, Perobal e Café. Em cada divisão havia casas onde residia capatazes e também curral para gado.

De acordo com pesquisa realizada pela professora Rosângela Carvalho dos Santos e alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Cristóvão Colombo (Jardim Alegre/PR)¹¹, o assentamento 08 de abril se constituiu primeiramente em

¹¹ A pesquisa tornou-se um livro, é resultado do subprojeto “O Museu Vai à Escola: Memória e Educação Patrimonial” (USF/SETI/PR), inserido no programa Contação de histórias Norte do Paraná da UEL, contava com o apoio PROEXT/SESU/MEC.

acampamento na BR 466, no dia 03 de setembro de 1996, em frente a expovale¹², entre os municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã.¹³ No dia 08 de abril de 1997 os acampados na BR 466 fizeram a ocupação do Xaxim (uma das entradas da Fazenda "7 mil", antiga Corumbataí, pelo município de Godoy Moreira)¹⁴ e, lá ficaram acampados por um ano e sete meses. Na sede da fazenda, permaneceram acampados por mais de seis anos¹⁵.

Contudo, a ocupação não se deu de um dia para o outro, foi um processo em que se manteve segredo entre os integrantes, pois caso alarmassem para outras pessoas, não conseguiriam realizar a ocupação. A ocupação da sede da fazenda foi o momento mais tenso, os acampados estavam preparados para aquele momento e sabiam que iria haver conflitos, pois os funcionários estariam lá e tentariam proteger a fazenda de toda forma. A fazenda contava com funcionários que protegiam e controlavam o acesso de pessoas por meio de guaritas nos portões, o que dificultava ainda mais a entrada na fazenda. Mendonça (2010) aponta que a descoberta do latifúndio pelo movimento, se deu por meio de boatos, investigação, igrejas, sindicatos, Romaria da Terra e trabalho de base pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA.

Após oito anos de acampamento, no dia 10 de novembro de 2004, houve a efetivação da compra do Latifúndio Corumbataí pelo governo federal, e definitivamente formalizaram-se como assentados, o que para eles era a realização de um sonho.

“Finalmente saiu o assentamento...”. Foi um momento de grande euforia, emoção e desespero. Enquanto uns choravam, sorriam e gritavam, outros se abarcavam e agradeciam: “Obrigado meu Deus!” Ocorreram as mais diversas formas de manifestações para extravasarem angústia e alegrias, porque “foi muito sofrimento até a conquista. Passamos a ter lugar definido para morar e produzir” (FLORES apud MENDONÇA, 2010, p.49).

¹²Antigo Parque de Exposição do Município de Ivaiporã, atual Instituto Federal do Paraná - IFPR.

¹³ No mês de maio de 1996, a partir de um trabalho de base que reuniu várias pessoas na fazenda Madalena, aconteceu a primeira reunião em que se discutia sobre a possível ocupação da sete mil (MENDONÇA, 2010, p.19)

¹⁴ Para fortalecer o acampamento do Xaxim e facilitar a ocupação da sede, os integrantes do MST solicitaram a vinda do acampamento de Laranjeiras do Sul (MENDONÇA, 2010, P.40).

¹⁵ A ocupação da sede da fazenda Sete Mil foi uma grande luta. Tentou-se ocupá-la três vezes, na quarta efetivou-se a ocupação [...] o dia 22 de agosto de 1998 foi a data oficial para ocupar a Sede (MENDONÇA, 2010, p.38-40).

Mesmo depois de assentados, os integrantes do movimento permaneceram acampados por falta de condições para viverem e se desenvolverem em seus lotes. Ao todo permaneceram na condição de acampados por 10 anos, de 1997 a 2006. O processo de tornar-se assentamento não requer somente a terra, mais sim, também toda a estrutura necessária para desempenharem suas atividades. Dentre essas condições podemos destacar: a construção de estradas de acesso, habitação, transporte, energia elétrica, escola, acesso ao crédito, entre outros (MENDONÇA, 2010, p.51).

De acordo com Mendonça (2010), com a ajuda de outro equipamento denominado Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA) os assentados conseguiram elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de responsabilidade do INCRA. O PDA é um instrumento de planejamento dos projetos dos assentamentos, incluindo desde a instalação das famílias até a consolidação do assentamento, envolve aspectos econômicos, ambientais e sociais, é um instrumento elaborado conjuntamente com as famílias acampadas.

Através do PDA foi possível identificar o território da fazenda e suas características, o que facilitou a demarcação dos lotes.

O imóvel deu origem a 555 lotes de terra que variam de 12,1 a 24 hectares, abrigando a mesma quantidade de famílias integrantes do MST. Essas famílias são provenientes das mais variadas origens e regiões do Paraná e do Brasil. Inclusive um número importante de brasiguaios que fizeram o caminho de volta ao Brasil (MENDONÇA, 2010, p.18).

Contudo, mesmo após nove anos, os assentados de 08 de abril ainda passam por diversas dificuldades, e vivem em constante luta para efetivação de seus direitos.

2.3 AVANÇOS E DESAFIOS

2.3.1 Dos avanços e desafios sociais

Com o intuito de clarear alguns conceitos e dar sentido a pesquisa, foi feito o resgate histórico, perpassando pela colonização do Brasil, o que torna possível realizar algumas reflexões acerca da luta pela terra e seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos no Brasil. Neste primeiro momento, nos voltaremos aos avanços e desafios sociais vivenciados pelos assentados de 8 de Abril.

8 de Abril é um assentamento, em meio a vários outros presentes no território brasileiro, formado por pessoas que se uniram por uma causa e integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No assentamento 08 de Abril há territorialidades que fundam a diferença através de uma identidade coletiva que se projeta sobre o espaço. Sob a matriz ideológica do MST, os assentados compartilham de necessidades e objetivos comuns. Antes da ocupação, estas pessoas se identificaram com o movimento pela exclusão do acesso à terra. Compartilhavam assim, de uma trajetória de vida ligada ao campo, em sua maioria, ou por serem pequenos agricultores, filhos de pequenos agricultores, trabalhadores temporários e etc. Esse traço comum, antes de se juntarem ao movimento, já é um traço da identidade que essas pessoas possuem e que vão de encontro com as representações criadas pelo MST (DENEZ, 2013, p.867).

Ao criarem o espaço que após, será denominado de assentamento os assentados trazem consigo uma nova dinâmica territorial, transformando o espaço que antes possuía um significado em um espaço diferenciado. As relações estabelecidas dentro do assentamento estão ligadas as de vários outros assentamentos do MST os quais se mantêm relacionados, socializando informações internas e externas presentes em um campo de força social, econômico e político. Esse fato nem sempre significa forte atuação do MST, Denez (2013) destaca que existem assentamentos que não possuem forte atuação do MST, e sim do Estado. Dessa forma, os assentamentos em geral possuem entre si características que os unem e também que os distinguem, mas que os integram em torno de um mesmo objetivo.

Cada assentamento localizado em um determinado território possui sua própria identidade e desafios, tanto em relação a questões internas, quanto às relacionadas ao município em que estão instalados. Isso se deve aos valores vigentes na localidade, bem como, a relação política do município com os demais entes federativos, considerando que o apoio dado ao movimento pela sociedade civil, não ocorre de forma homogênea, existem àqueles que são contrários ao movimento.

2.3.2 Dos avanços e desafios políticos

O Movimento dos Trabalhadores Rurais é um movimento inserido dentro do sistema capitalista de produção, vivendo em meio à correlação de poderes que envolve diversos fatores, dentre eles: o direito à terra. A busca pela garantia desse direito, no Movimento Sem Terra não ocorre de forma simples, se dá em meio a muitas divergências, por se tratar de um movimento com posicionamento político, o que significa que os integrantes desse movimento são indivíduos articulados e conscientes do que lhe são garantidos por lei e não aceitam qualquer proposta.

Assim sendo, o assentamento 8 de abril possui uma organização interna, que possibilita uma maior articulação entre os integrantes. De acordo com a fala do entrevistado:

“Temo um grupo de 11 brigada que cada brigada tem um dirigente e as brigadas são de 50 famílias, cada brigada tem um companheiro e uma companheira que faz parte da direção que coordena essas brigadas de 50 famílias” (entrevistado A).

O entrevistado ainda ressaltou que essa organização interna se materializa por meio de um documento chamada Regimento Interno do Assentamento:

“Não vou lembrar quantos itens mais todas as famílias tem acesso a esse regimento, nele estão as regras de não usar drogas, não poder vender o lote, não vender drogas, não roubar e não matar, se matar a pessoa tem que ir embora, como já aconteceu de um matar o companheiro e ter que ir embora, automaticamente é expulso” (entrevistado A).

Existem famílias que apresentam certa resistência no adaptar às regras trazidas pelo MST e acabam deixando o movimento, essa situação diante de tantas outras que ocorrem, geram o aparecimento de novas organizações de luta pela terra. Essa questão se apresenta como um desafio para o Movimento Sem Terra, fazendo com que este busque alianças para apoiar sua causa e também para que consiga se articular junto a outros movimentos sociais de luta pela terra.

Um dos desafios colocados pelos entrevistados é a questão da venda do lote, por existirem pessoas que depois de adquirir o lote, vendem para comprar outra coisa.

“Não é permitido vender o lote, se a pessoa quiser sair ela tem que devolver o lote pro INCRA, existe assentamento que o INCRA perde

o controle, mais a lei do INCRA é que você não pode vender, pro INCRA você pode vender aquilo que você construiu em cima, aquilo que você investiu dinheiro teu, gado, cerca, estrutura, o que é teu você pode vender ou negocia com o INCRA mesmo, por exemplo a casa você pode... o INCRA te paga te passa esse dinheiro que você investiu e depois repassa para outra família” (entrevistado A).

Mesmo constando no seu regimento interno a cláusula de não vender o lote, existe casos de venda, como dito na fala acima, o que contribui para que o INCRA perca o controle.

“nóis temos uma meta que é, nóis proibimos a venda do lote, nóis não considera adequado, porque o lote é ganhado do Governo Federal, nóis considera que seja uma terra da união né, porque enquanto nóis não estamos com a escritura na mão essa terra se torna da união, nóis temos que ocupar a terra até porque o INCRA eles tem uma meta que dá um contrato de concessão de uso, você pode até negociar no banco essas coisas... não sei se tem região que nem aqui do sudoeste ali andaram vendendo, que tem proprietário ali que ele ganhou o lote e já passou pra mais de cinco dono o lote, então tá meio bagunçado, mais o nosso assentamento aqui do 8 de abril eu acho que não vai ser fácil de vender lote aqui não, porque nóis não, nóis a direção não é que nóis não queremos, craro que tem arguém que as veiz procura pra vender” (entrevistado B).

De acordo com o que foi dito pelos entrevistados o que é permitido é a troca de lote em caso de necessidade.

“nóis podemos até liberar uma troca de lote, as veiz tem uma pessoa que ta aqui ou dá um pobrema entre a família e ele precisa sai daqui e ir para outro assentamento, a troca de lote nóis pegamo essas pessoas daqui e nóis fazemos uma ata para ele aqui, e ele tem que trazer uma ata do outro proprietário do outro assentamento para ver se o outro é assentado ou não é assentado, daí é trocado, mais para vender não”(entrevistado B).

No que diz respeito aos avanços, o movimento alcançou mais respeito por parte da sociedade civil, não hegemonicamente, mais em grande parte. Não significa aceitação, pois essa ainda representa um desafio para o movimento. O enfrentamento político que possuem, fez com que alcançassem esse respeito, tanto por parte da sociedade civil como por parte das autoridades.

Nas questões de desrespeito à lei que ocorre dentro do assentamento, são os próprios integrantes que tomam a iniciativa contra o infringente. Alguns casos que são de responsabilidade da polícia eles avisam a polícia e, levam o mesmo até a saída do assentamento para a polícia. Essa não entra no assentamento se não for solicitado. Portanto, sendo este um assentamento que nos tempos de acampamento sofreram pressões policiais, nos dias de hoje, mantém seu território com suas próprias regras, solicitando a polícia em último caso. De acordo com o entrevistado B:

“a autoridade só pega quando nós manda vim aqui e manda pegar o sujeito, porque a própria autoridade não entra aqui porque não há necessidade, eles entra aqui se nós chama” (entrevistado B).

Outro fator tido como avanço, são as mobilizações feitas pelo movimento, quando ocupam prefeituras e bancos com um determinado objetivo a ser alcançado.

“Na ocupação de terra nós ajudamo e voltamo embora, agora ocupação de prefeitura, INCRA, banco, caixa econômica, a gente continua e continua pelo MST, porque o MST não é só o acampado é tudo nós. Daqui nós temo o nosso dirigente geral que é o Joãozinho ele faz parte da direção estadual do MST, a cada quarenta e cinco dias reuni essa coordenação e discuti todo os problemas do Estado e também se nós tivé alguma coisa que precisa discutir e precisa discutir com todas as lideranças do Estado vai ser colocado nessa reunião, então nós sempre permanecemos ligado. Tem algumas famílias que não entendi isso e também ninguém é obrigado a continuar indo fazer ocupação, mais a maioria tem consciência que precisa e que senão fosse a solidariedade dos outros nós não tava aqui e nós toda ocupação que nós fizemo ou de banco ou de prefeitura é informado o coletivo do Estado do MST e nós também tem o apoio do Estado” (entrevistado A).

Quando é época de eleição, o assentamento, por conter um número elevado de famílias tem poder de eleger um prefeito para o município, quando sentem necessidade de fazer alguma cobrança ao poder público, mobilizam e se manifestam o que nem sempre garante vitória, mais estabelece um enfrentamento político entre o movimento e as autoridades.

2.3.3 Dos avanços e desafios econômicos

No que se refere à organização econômica, os integrantes do assentamento 8 de Abril, desde a obtenção do latifúndio, tiveram acesso aos lotes de terras já divididos. A divisão levou em consideração as partes que eram mais produtivas e as que eram menos produtivas, levando uns a terem mais hectares e outros menos.

“Foi feita aquela prancha no computador, foi cortado antes no computador o lote, a fazenda pra ir medir o lote. Essa área que pega aqui que vai até no Xachim é praino, então foi feito o que podia fazer, lote de 5 alqueires de 6 a 5 né e na beirada do Corimba, porque lá é muito quebradão demais né, tem vez que você pra 10 alqueires de terra você não pranta nenhum alqueire é muito quebrado é muita pedra, então foi panhado lote de 12 hectares de 20 hectares, então 20 hectares dá 8 alqueires, muita pedra se aproveita muito pouco, e tem uma norma do INCRA que o assentado tem que ter 3 alqueires de terra de pranta para ter a sobrevivência isso é uma norma que tem do INCRA mesmo” (entrevistado B).

Diante dessa divisão, a ideia proposta para o assentamento é que cada pessoa ou família consiga manter sua subsistência por meio da terra que lhe foi dada, seja por meio da plantação ou criação de gados.

No que diz respeito à moradia e a produção, de acordo com o INCRA (2015), os assentados tem acesso ao crédito, denominado “novo crédito de instalação”, criado com a edição da Medida Provisória nº 636/13 (convertida em [Lei 13.001/14](#)) e regulamentado pelo [Decreto 8.256/2014](#), o que representa um avanço para eles. Esse crédito, segundo o INCRA é dividido em ciclos:

- Ciclo I - Instalação:

- Apoio inicial I: dirigido para manutenção das primeiras necessidades dos assentados, no valor de até R\$ 2,4 mil por família assentada;

- Apoio inicial II: dirigido para compra de bens duráveis, no valor de até R\$ 2,8 mil por família;

- Fomento: dirigido para construção de projetos produtivos de promoção a segurança alimentar e nutricional, no valor de até R\$ 6,4 mil por família assentada, divididos em duas operações de até R\$ 3,2 mil;

-Fomento mulher: dirigido à implantação de projeto produtivo, no qual a mulher titular do lote é a responsável, no valor de até R\$ 3 mil por família assentada em operação única.

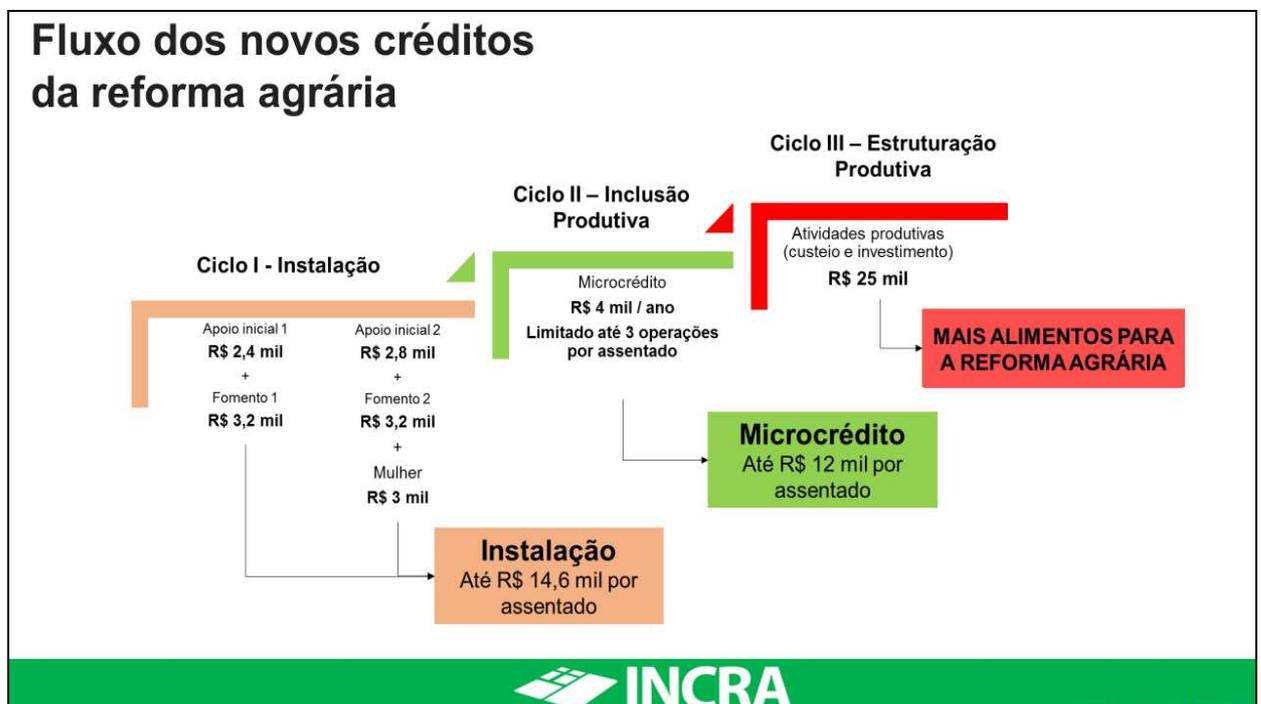
- Ciclo II- Inclusão Produtiva:

- Microcrédito: dirigido à inclusão produtiva de famílias, gerando mais oportunidade na produção e sua comercialização através de assistência técnica, com acesso de até três operações no valor de R\$ 4 mil.

- Ciclo III – Estruturação Produtiva:

- Mais alimentos Reforma Agrária: dirigido às famílias que não acessaram outro investimento mais que desejam ampliar suas atividades produtivas, com limite de R\$ 25 mil em uma ou mais operações, na modalidade investimento, e de até três operações de R\$ 7,5 mil para custeio.

Figura 1- Novo Crédito de Instalação



Fonte: INCRA (2015)

No que diz respeito aos desafios econômicos, o maior desafio vivenciados por eles, se dá pelo fato de dependerem da terra para manter sua subsistência, o que os leva na maioria das vezes a passarem por necessidades, pois mesmo tendo acesso ao crédito para contribuir nas melhorias para o pasto e compra de grãos, este é um processo demorado, além do fato de ter que realizar primeiramente o plantio para depois poderem comercializar, uma questão vivenciada por agricultores de forma geral, pois em casos de algum contra tempo, como geada e seca, eles podem perder a produção.

2.4 POLITICAS PÚBLICAS EXISTENTES PARA O ASSENTAMENTO 8 DE ABRIL

O termo política pública se refere ao conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente. Para compreendermos como se desenvolve e se realiza, é necessário entender o seu significado e seu objetivo.

As políticas públicas são ações pensadas e desenvolvidas em âmbito federal, estadual e municipal, em favor dos direitos garantidos constitucionalmente aos cidadãos, visando atender aos preceitos constitucionais. Para isso, são formuladas várias políticas públicas nos mais diversos setores, como por exemplo, no âmbito da saúde e da educação que são tidos pela constituição como direitos universais. Os espaços para formulação dessas políticas públicas se dão pelas conferências, audiências públicas e demais encontros setoriais, importantes instrumentos para ativar a participação da sociedade nas decisões políticas.

Essas políticas geralmente estão organizadas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, que se desdobram em planos, programas, ações e atividades. Os planos vão estabelecer os objetivos gerais a serem alcançados em um dado período de tempo; os programas estabelecem objetivos específicos a um tempo ou em uma população específica; e as ações são os caminhos trilhados para que tal objetivo seja alcançado, o que acaba se desdobrando nas atividades, que são os passos para se concretizar a ação.

Dessa forma, pensar políticas públicas no que diz respeito ao direito de acesso à terra, requer que nos reportemos a leis que trazem esse direito, para após analisar as políticas até então desenvolvidas.

As três esferas governamentais voltam se ao aperfeiçoamento da política agrária, mais a que mais se destaca é a esfera Federal. A Constituição Federal de 1988 em seu capítulo terceiro “Da política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária” traz considerações acerca do que compete a união.

“Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei” (BRASIL, CF, 1988, p.111).

Anteriormente a Constituição Federal de 1988, o que tínhamos eram discussões sobre a necessidade da Reforma Agrária, somente com a sua promulgação que a Política de Reforma Agrária foi instituída e legalizada.

As políticas públicas existentes para os assentamentos foram desenvolvidas para apoiar política, econômica e socialmente os assentados, com o objetivo de promover o crescimento e o desenvolvimento das famílias assentadas. As políticas públicas colocadas pelo entrevistado A para o assentamento 8 de abril são:

“As políticas pública que nós tivemos aqui, bom essa casa aqui nós recebemos ainda foi 15 mil para construção da casa, hoje é 28 mil para fazer uma casa, então atende né, e o que nós vamo pagar dessa casa é uma contribuição simbólica, não vou pagar e daí também os créditos são diferenciados, se pegar o Pronaf investimento os juros que nós vai pagar de 21 mil que nós peguemo não chega a 2%, a um ano, não é ao mês... políticas públicas que veio pra nós, se você pegar o colégio nosso municipal e estadual, veio um dinheiro muito alto, que veio beneficiar todas as famílias, que é a escola né, escola de qualidade a estrada que foi feita aqui também um investimento que o governo teve com a questão da estrada que foi quase 150 Km de estrada construída aqui e depois é tarefa só da prefeitura é manutenção, então eu acredito que essa pergunta, todas políticas públicas atende as necessidades nossas” (entrevistado A).

De acordo com o INCRA (2015), os programas de assentamentos em vigor, estão divididos por áreas. Primeiramente tem-se a área da instalação dos assentados, como já foi dito acima, com o programa “Novo Crédito de Instalação”, depois a área de assistência técnica do assentamento, que de acordo com o INCRA, existe a lei Ater nº 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e define também os princípios e os objetivos dos serviços prestados.

Para a área da educação, existe o PRONERA – educação na Reforma Agrária, o qual apóia projetos de educação voltados para o desenvolvimento dos assentamentos, e para geração de renda e ampliação da produção, conta ainda, com os programas Terra Forte e Terra Sol.

Assim sendo, nos dias atuais os assentados possuem alguns incentivos, como por exemplo, o crédito de instalação descrito acima, bem como contam com apoio por parte da sociedade e de alguns governos. Diante da análise realizada isso

se apresenta como um avanço, considerando as falas dos entrevistados, em relação ao período em que estiveram acampados e eram ameaçados pela polícia, e não possuíam apoio da sociedade e nem da mídia, eram estigmatizados como “os sem-terra”, como pessoas que tomavam terras dos outros. De acordo com o entrevistado B e D, eles afirmam que:

B- “Aqui a autoridade polícia só pega quando nós manda vim aqui, e manda pega o sujeito, e pega, porque a própria autoridade não entra aqui porque não há necessidade, eles entra aqui quando nós chama, a direção chama, pra falar ó vem cá que tem um pobrema assim, assim [...] D- No assentamento alguém erra eles pega, causo e for preciso até amarra, prende, a pulicia num entra aqui, ai leva la naquela entrada lá, pulicia recebe lá, a pulicia não entra aqui, tem que ser uma coisa muito grave, uma morte, uma briga” (entrevistado B e C).

Devido essa conquista obtida, hoje os assentados não sentem preconceito por parte da sociedade, pelo contrário, afirmam que a polícia que antes os ameaçava, hoje não entra no assentamento a não ser se for convidada.

CAPITULO III - Estigma Social

3.1 A construção do estigma no interior da sociedade

Na vida social, criamos expectativas em relação a determinados comportamentos, que se não alcançados tornam-se atributos indesejáveis fazendo com que o coloquemos em uma categoria diferente, alterando assim nossa avaliação sobre ele.

Segundo o entrevistado C, ele relata que ainda hoje existe preconceito em relação ao assentamento:

“Mais ainda hoje existe um preconceito que sem-terra mata boi, que sem terra é ladrão, mais historicamente na condução aqui na região por ser um assentamento grande ela também abrange vários municípios do vale e tem uma grande influência na sociedade de compra, então eu acredito que existe preconceito ainda, mais grande parte foi quebrada” (entrevistado C).

De acordo com Goffman (2013) o termo estigma foi criado pelos gregos para se referirem a sinais corporais com os quais procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mal sobre o status moral de quem os apresentava. Dito de outra forma, o estigma era tido como meio de marcar as pessoas com sinais, a fim de que outras pessoas conseguissem identificar o significado de cada sinal, forma de saber que a pessoa marcada não era aceita como normal pela sociedade. O termo estigma é usado em referência a um atributo depreciativo.

O autor ressalta ainda que existem três tipos de estigma: abominações do corpo que são as várias deformidades físicas; as paixões não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo: distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativa de suicídio e comportamento político radical e, estigmas de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (Goffman, 2013).

Pensando a sociedade atual, vivemos em um espaço de “iguais” onde existem regras e padrões de comportamento a serem seguidas, as quais, de acordo com Goffman, são meios de categorizar as pessoas atribuindo lhes uma identidade social. A todo o momento vivenciamos relações com diferentes indivíduos que na maioria das vezes apresentam uma identidade social esperada e, quando nos

deparamos com alguém que nos apresenta o inesperado o categorizamos como diferente, logo, incomum. Este mesmo autor caracteriza essa atitude como estigma, principalmente se o seu efeito é de descrédito, considerado defeito.

3.2 MST e Estigma Social

O conceito de estigma utilizado pelos gregos atribui ao indivíduo estigmatizado um traço (sinais no corpo, deficiência, religião e etc.) diferente. Isso faz com que os indivíduos que não são estigmatizados sejam chamados de normais, ou seja, os que avaliam o outro e lhe atribui um estigma se consideram normais.

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as repostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. [...] construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (GOFFMAN, 2013, p.15).

O estigma pode ser referenciado a um indivíduo ou a um grupo, como por exemplo, no caso do Assentamento 8 de Abril de Jardim Alegre, que se constitui por um grupo de pessoas que lutam em busca dos mesmos objetivos (acesso à terra). Nesse caso, o MST é um movimento que ao longo de sua trajetória vem enfrentando os estigmas a eles atribuídos, como relata um dos dirigentes do assentamento:

“Na verdade, o sem-terra é excluído em tudo quanto é lugar, pro cê te um ideia no banco lá, nós tem um dia pra ir lá, tem data lá, quarta-feira é dia dos sem-terra ir lá, então não é vai lá, no outro dia tem a menina que fala: o dia de voceis é quarta-feira, então a gente não ta assim sendo bem visto nessa parte ainda né” (Entrevistado F).

Já na fala de outro dirigente, ele coloca que no início não eram bem vistos, mais que nos dias de hoje a visão por parte da sociedade mudou.

“O pessoal do assentamento, a maioria tem crédito em todo canto, hoje é bem visto até, mais quando nós tava acampado aqui, quando o pessoal da sociedade de Arapuã, Ivaiporã, enxergava nós como um bicho, iam se escondendo, fechando as porta de buteco e tudo porque os sem terra vem vindo, porque nós fazia manifesto naquele

tempo, e quando tinha alguma coisa, que nem tava, que não tava certo nós reunia cinco, seis caminhão e ônibus e nós ia pra batalha mesmo né, era homi e muié e tudo né, então eles achavam nós que era um bando de bandido, baderneiro, cansei de escutar o Jesuel Roberto da rádio Ubá de Ivaiporã falar os baderneiro, que os sem-terra era tudo baderneiro, hoje eles vê que não é baderneiro, tem porque é aquilo que eu falei pra voceis, até vocês rastoíá tudo o rastoio de dentro do milho demora e é assim que funciona as coisas, então hoje não, hoje a gente negocea em qualquer lugar, é bem visto em qualquer lugar, mas quando tá acampado não é bem visto na sociedade” (Entrevistado B).

Os estigmas são confirmados no dia a dia pelo uso de estereótipos, espécies de clichês, que denominam os indivíduos ou grupos de acordo com determinada postura, enquadrando-o em categorias (Soares,2009).

Através dos estereótipos, encaixamos as pessoas em uma forma pronta. No caso dos estigmas, trata-se de algo que o estigmatizado evoca em relação ao outro, uma marca que ele possui e que, de alguma maneira, faz com que o outro o estigmatize. Podemos dizer que o conjunto dessas marcas sustenta o estereótipo e o preconceito. (SOARES, 2009, p. 2-3).

Porém, no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra e dos assentamentos que se constituem a partir desse movimento, o que existiu foi a questão do preconceito por parte da sociedade aos integrantes do movimento. A sociedade é parte indissociável da construção da realidade social (uma só existe pela existência da outra), sendo aquela (a sociedade), algo que quando o indivíduo nasce já a encontra posta, independentemente de sua vontade, o que acaba o moldando de acordo com os princípios estabelecidos. Essa condição leva os a viver em meio a um padrão de relações e de convivência regidas por regras, que quando não cumpridas fogem desse padrão e conseqüentemente são vistas como diferentes. Diante dessa construção de relações, os indivíduos vão formando sua consciência da realidade social de acordo com as vivências e experiências de seu cotidiano, o que obviamente leva-os a compartilhar relações com indivíduos que fazem parte da sua consciência social.

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana. [...] A realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto

quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente. A mais próxima de mim é a zona da vida cotidiana diretamente acessível à minha manipulação corporal. Esta zona contém o mundo que se acha ao meu alcance, o mundo em que atuo a fim de modificar a realidade dele, ou o mundo em que trabalho (BERGER e LUCKMANN, 2009, P.38-39).

É justamente diante dessa realidade adquirida pela vida cotidiana, e conseqüentemente da formação da consciência social, que estão inscritos os pré-conceitos, que surgem pelo fato de existirem indivíduos que fogem dessa realidade, sendo assim, excluídos do convívio social e estigmatizados das mais diversas formas. Muitas vezes o indivíduo estigmatizado acaba sentindo-se sozinho no mundo, isolando-se do resto da sociedade. Somente à medida que se reconhece frente a um grupo de pessoas que compartilha da mesma situação em que se encontra e que acredita ser alvo do mesmo estigma, é que irá compartilhar seus sentimentos (Berger e Luckmann, 2009).

No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, este é um movimento que engloba pessoas de diversas localidades do mundo, no entanto, pessoas que compartilham de um mesmo objetivo: a busca da garantia do direito de acesso à terra como fonte de manter sua subsistência. Por ser este um movimento que foge do que é visto como “normal”, devido a visão que a sociedade atribui em relação a ele “como pessoas que pegam terras dos outros e que depois ganham do governo” este se tornou estigmatizado.

Diante da fala de um dos dirigentes, fica explícito como se deu a compra do lote, que então se tornou o assentamento:

“No caso da nossa área aqui o INCRA pagou cento e oito milhões de reais, é o governo federal que paga, é um dinheiro que já é destinado para compra de terra e também o caso aqui não foi desapropriação é se, o fazendeiro é ele tem a área dele não tem problema de documentação ele pode negociar e vender para o governo, agora quando é algumas áreas que tem trabalho escravo, drogas ou algum outro tipo de crime o governo pode desapropriar ela, tomar a terra essa terra e fazer um assentamento” (Entrevistado A).

Diante da fala de um deles, constatamos que possuem o entendimento da discriminação existente em relação ao movimento por parte da sociedade e, maturidade para lidar com isso.

“Ainda existe muita discriminação, assim não por maldade eu acho da sociedade eu acredito que aqui mesmo a gente percebe assim uma discriminação é... do povo do assentamento é por muita gente, nós mesmo no município de Jardim Alegre tem muita gente que vê a gente como diferente ou como quem só quer as coisa pra nós, que nós somo badernero, pelo fato do que os meios de comunicação faz né, que ninguém vem aqui mostrar quanto nós produzimos, mostrar quantos empregos gerou aqui dentro, quantos de gente... emprego trouxe pro pessoal de fora vim pra ca, na área da escola na área da saúde, na área de produção mesmo que o pessoal vem plantar aqui dentro trabalhar, então ninguém vem mostrar esse lado bom, mais qualquer coisa de errado que acontecer aqui ganha espaço na mídia, porque os meios de comunicação tão na mão de quem não concorda com o movimento, de quem não concorda com a reforma agrária quem acha que isso é inviável e tanto também que até por parte do governo tem pessoas que rodeia o governo que acha que os assentamentos são favelas que o pessoal precisa de bolsa família, que o pessoal... teve muita gente aqui que acessou esse bolsa família né, então o pessoal... seis dão terra pro povo pegar bolsa família então la é uma favela e não é né, o pessoal até nós mesmo como liderança achamo que o povo teve época que o pessoal tinha que ir mesmo pegar bolsa família porque é um direito i..., mais e daí por algumas pessoa assim, tem essa propaganda ruim do movimento, do assentamento” (Entrevistado A).

Conforme abordado no primeiro capítulo, com o início do sistema capitalista, a forma de acessar a terra se restringiu à sua compra e venda. Condição esta que gerou a desigualdade de acesso, devido aos que tinham alto poder aquisitivo tornaram-se latifundiários e os demais, na maioria das vezes foram impedidos de um acesso mínimo à terra. Com as transformações tecnológicas advindas desde então, os pequenos agricultores não tiveram condições de se manterem no campo e de acompanhar as inovações propostas pelo capitalismo, fato que acabou os levando a ficarem a mercê do desenvolvimento econômico e, impossibilitados de produzir. Foi em meio a essa injustiça de acesso à terra, que formou se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o qual desde então, estabeleceu por pauta a luta pela efetivação do direito ao acesso à terra, como fonte de subsistência.

Diante do exposto acima, o movimento surgiu para remar contra a maré, ou seja, lutar pela garantia da política de Reforma Agrária com o objetivo de obter um pedaço de terra, na qual pudesse prover sua subsistência. Ao dizer: remar contra a

maré consideramos que esse movimento não era bem visto pelos latifundiários e pela ideologia dominante, pelo fato destes não aceitarem o fato de dispor de terras para a Reforma Agrária¹⁶, bem como, pelo fato da própria sociedade mostrar-se contrária ao movimento.

Frente a esse quadro, o MST pode ser considerado como um movimento estigmatizado socialmente.

O estigma atribuído aos excluídos transforma as vítimas nos primeiros responsáveis pelo seu fracasso. A cultura dominante estabelece os atributos, que assumem normatividade de conduta “consensuais”, estabelecendo categorias e hierarquias sociais. Estigmatizando grupos sociais, reafirma-se a ordem social imposta pela responsabilização dos excluídos, pela própria condição e pela incapacidade de incluir-se através dos mecanismos convencionais, especialmente o trabalho (GEHLEN, 2004, p.101).

Dito de outra forma, o estigma social, são estereótipos criados na maioria das vezes para favorecer a classe dominante, onde o “defeito” julgado no indivíduo ou no grupo, fica a seu próprio encargo e responsabilidade, como se estivesse sozinho no mundo. Essa responsabilização do indivíduo, o leva ao enquadramento em uma determinada condição e, culpabiliza-o pela situação em que se encontra. No caso de um grupo, como por exemplo o MST, o estigma a ele atribuído alcança a todos os seus componentes, os quais são denominados pela sociedade como os “sem terra”.

Conforme dito anteriormente, o estigma é uma forma de categorizar àqueles que não são vistos como normais ou que não se enquadram nos padrões tidos por normais. Neste caso, os “sem-terra” podem ser considerados, integrantes de uma categoria. Veja abaixo:

O termo “categoria” é perfeitamente abstrato e pode ser aplicado a qualquer agregado, nesse caso a pessoas com um estigma particular. Grande parte daqueles que se incluem em determinada categoria de estigma podem-se referir a totalidade dos membros pelo termo “grupo” ou um equivalente, como “nós” ou “nossa gente” (GOFFMAN, 2013, p.32).

Em relação ao MST, os integrantes do movimento, seja enquanto acampados ou assentados, se reconhecem enquanto categoria. Em qualquer lugar do Brasil que

¹⁶ Consta sua contextualização no segundo capítulo.

esteja presente o MST, independente de quantos grupos existam, seus integrantes se reconhecem na mesma categoria por lutarem pelo mesmo objetivo.

Considerações finais

No Brasil, com a chegada dos portugueses, a terra passou a ser usada como meio de exploração e obtenção de lucro. Os portugueses obrigaram os indígenas que aqui habitavam a trabalharem em suas terras em troca de objetos sem valor, ensinando lhes que o trabalho deveria ser feito por meio de troca. Foi a partir da forma de utilização da terra trazida pelos portugueses, que buscamos refletir e analisar a Reforma Agrária e a Realidade dos Assentamentos, especificamente, o assentamento 8 de Abril de Jardim Alegre - PR, conquista de um dos maiores movimentos de luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A luta pelo direito de acesso a terra é uma das consequências dessa forma de apropriar a terra introduzida com a colonização portuguesa e atrelada ao sistema capitalista, no qual poucos passam a possuírem terra em abundância e muitos terem poucos e/ou não as possuir. É nesse sentido que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra objetiva suas lutas, na garantia de acesso à terra para nela produzir livremente.

Desde o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os integrantes do movimento vivem em lutas constantes para manter sua organização, por ser um movimento que envolve fatores sociais, econômicos e políticos, que influenciam na estrutura do mesmo. Dito de outra forma, o MST por meio da política de Reforma Agrária, busca o acesso a terra para todos àqueles que dela dependem para sobreviver. A política de Reforma Agrária se processa por meio do governo federal que adquire as terras improdutivas de seus donos para fins da Reforma Agrária. Por consequência, o movimento cria laços políticos, tanto com o governo federal, estadual e até mesmo com o prefeito do município ao qual está inserido e, no qual necessita de uma ampla base política. Para, além disso, o movimento precisa ter uma ampla organização diante da sociedade, pois precisa do seu apoio para gerar forças para os embates do movimento.

Constatou-se neste estudo, que, o MST por estar inserido em uma sociedade individualizante e de interesse econômico, a sua própria existência já é um desafio social. Lutar pela efetivação da Reforma Agrária nunca foi e não é tarefa fácil, pois diferentemente do que muitos pensam, não é somente conseguir a terra, mais sim ter condições de nela se manter.

Inúmeras pessoas passam momentos árduos em acampamentos durante anos até a conquista do assentamento e, depois de ter conseguido a terra lutam ainda, para manterem sua sobrevivência.

O MST é um só, porém, por meio de suas conquistas, como por exemplo, o assentamento 8 de Abril, vários assentamentos vão sendo construídos em todo o país. Depois de assentados continuam membros do movimento. A luta nunca acaba, mesmo que o assentamento em que estejam estiver em boas condições, sempre haverá vários acampamentos em luta, os quais, precisam do apoio e de forças para enfrentar os desafios. No MST, tudo é um desafio, pois cada conversa, cada passo dado representa para eles uma conquista.

A partir da pesquisa de campo realizada no assentamento, podemos observar a grandiosidade do movimento e a organicidade que possuem, tanto enquanto Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, quanto como coletivo dentro do assentamento.

Os desafios enquanto acampados, como podemos observar nas falas de todos os dirigentes, foram inúmeros, pois sofreram diversas ameaças por parte dos policiais, calúnias da mídia (rádio), agressões por parte da pistolagem que tinha na fazenda, e até depois de assentados, os desafios continuam, pois sempre irá faltar alguma coisa, no caso da manutenção das estradas, na obtenção de transporte coletivo (possuem apenas o escolar) e, na melhoria da saúde. Ressaltamos ainda o anseio por ampliar e estreitar relações com a sociedade em geral.

Quanto aos avanços, os dirigentes, sem exceção, afirmaram terem alcançados inúmeros, a própria compra do latifúndio Corumbataí para se tornar assentamento foi um avanço na luta dos que estavam acampados. Ressaltam, que após assentados, houveram vários avanços tanto nas legislações federais, como estaduais e municipais, assim como, o modo da sociedade vê-los, também melhorou substancialmente. Observaram ainda que, houve avanço nos programas de incentivos, alguns, citam que nos dias de hoje quando uma pessoa se torna assentado o governo disponibiliza um incentivo para a construção da casa própria, o qual eles pagam, um preço menor.

Para finalizar, consideramos que a presente pesquisa contribuíra tanto para o meio acadêmico, quanto para a sociedade em geral, levando-os a ampliar o olhar acerca desse movimento e, considerar não apenas as ações e desdobramentos

recentes e, sim, toda a trajetória que envolve o acesso à terra, especialmente no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRÁRIO, Ministério do Desenvolvimento. **Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar**.2013. Disponível em :http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em: 06 set. 2015.

ÁGRARIA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma. **Acesso à terra**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/acesso-terra>. Acesso em: 15 set. 2015.

ÁGRARIA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma. **O Incra**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em: 15 set. 2015.

ÁGRARIA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma. **Novo Crédito de Instalação**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao. Acesso em: 20 set. 2015.

SESMARIAS. In: ALVEAL, Carmen; MOTTA, Marcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Marcia Motta, 2010. p.427.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. Os Fundamentos do Conhecimento na Vida Cotidiana.In: _____. A construção social da realidade. 31. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 35-52.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense,1996. 87 p.

BUAINAIN, Antônio Marcio; PIRES, Daniela. Reflexões sobre Reforma Agrária e Questão Social no Brasil. In: I Seminário Internacional “Justiça Agrária e Cidadania”, 2003.

BRASIL.Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRITO, Tiago. Marx e Luckács: a relação sociedade e natureza. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels GT – A obra teórica de Marx.

CALDART,Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v.15,nº43,p.207-224, 2001.

CANUDOS. In: LIMA, Eli Napoleão de. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta, 2010. p.80.

COLONIZAÇÃO. In:Gregory, Valdir. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro. Márcia Motta, 2010. p. 98.

COMPARATO, Bruno Konder. A Ação Política do MST. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v.15, n.4, p.105-118, 2001.

CONTAG. In: CARVALHO, Tarcísio de. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta, 2010. p.122).

CONTESTADO. In: CARVALHO, Tarcísio de. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta, 2010. p.124.

DENEZ, Cleiton Costa. Territorialidades na Organização Política do Assentamento 8 de Abril – Jardim Alegre /PR. **Geonorte**, v.7, n.1, p.866-833, 2013.

ESTATUO DA TERRA. In: SILV, Carlos, Fried da. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta, 2010. p.198.

FILHO, José Luís Alcantara; FONTES, Rose Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Minas Gerais, v.4, n.7, p. 63-85, jul-dez.2009.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 a.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.2, n.18,p.95-103,2004.

GOFFMAN, Erving. Estigma e Identidade Social. In: _____. Estigma Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p. 11-41.

INCRA. In: RIBEIRO, Vanderlei. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta, 2010. p.261.

BRASIL. Incra (2015). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <http://www.incra.gov.br/aceso-terra>

POSSE. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta,2010. p. 368.

POSSEIRO. In: GRYSZPAN, Mario. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta,2010. p. 373.

LEITE, Sergio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma Agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 03, p. 777-805, jul/set. 2007.

MACHADO, Eliel Ribeiro. Na contramão do neoliberalismo: sem terra e piqueteiros. **Medições**, Londrina, v.10, n.2, p.75-90, jul./dez.2005.

MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social; Rev.Social. USP**, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev.2000).

MARX, Karl. Introdução Capítulo XXXVII. **O Capital**. 4.ed. 1985. p.705-733.

MENDONÇA, Rosângela Carvalho dos Santos, Alunos do Colégio Estadual; CRISTOVÃO COLOMBO (Jardim Alegre/PR). **Assentamento Oito de Abril MST Protagonistas da sua história**. Jardim Alegre, 2010.v.5, 91 p.

MIRALHA. Wagner. Questão Agrária Brasileira: Origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Nera**, Presidente Prudente,v. 9, n.8, p.151-172, jan/jun.2006.

MOTTA, Márcia, (organizadora). **Dicionário da Terra** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serv.Soc.Soc**, São Paulo, n.110, p.213-240.

AGRICULTURA FAMILIAR. In: NEVES, Delma Pessanha. **Dicionário da Terra**: Márcia Motta, 2010. p.23.

NORONHA, Andrius Estevam. A reforma agrária na visão dos intelectuais da década de 1960. Vestígios do Passado a História e suas Fontes. IX Encontro Estadual de História - Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul – Anpuh-RS, São Leopoldo, p.1-13, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n.43, p.185-206, set/dez. 2001.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

REFORMA AGRÁRIA. In: UMBELINO, Ariovaldo. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: M. Marcia, 2010. p.389-390.

SERGIO, Schneider. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate., v.30, n.3, p.511-531, julho-setembro. 2010.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: brasiliense, 1980. 108 p.

SOARES, Rosana de Lima. De palavras e imagens: estigma sociais em discursos audiovisuais. Associação Nacional dos Programas de Pós – Graduação e Comunicação I E- Compós, Brasília, v.12,n.1, p.1-23, jan/abr.2009.

SUPRA. In: SILVA, Carlos Fried da. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Márcia Motta, 2010. p.450

APÊNDICE

Questionário para entrevista– Dirigentes

Assentamento 8 de Abril do Município de Jardim Alegre/Pr.

Entrevistadora: _____

Data da entrevista:

Nome do entrevistado: _____ Função: _____

Sexo: () masculino () feminino

I – IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A

1. Idade: _____ anos

2. Onde você nasceu?

R: _____

3. Quanto tempo você mora aqui?

R: _____

4. Estado Civil: () casado () solteiro () viúvo () divorciado

5. Escolaridade:

Analfabeto ()

Ensino Fundamental () completo () incompleto

Ensino Médio () completo () incompleto

Ensino Superior () completo () incompleto

6. Atualmente, qual é a sua religião?

() Católica Romana () Protestante () Pentecostal

() Espírita () Umbanda () Evangélicas

() Nenhuma () Não respondeu () Outras. Qual? _____

7. Quais documentos possui?

RG () CPF () Certidão de nascimento () Certidão de casamento () Carteira de Trabalho () Habilitação () outros () _____

8. Qual sua cor?

Branco () Preto () Pardo () Amarelo ()

9. Onde realizava seu trabalho antes de se tornar assentado?

() Na Agricultura () No meio Urbano

10. A família assentada pode vender seu lote?

() sim () não

11. Para receber os lotes precisa ser casado?

() sim () não

12.A quantidade de filhos dos casais assentados variam entre:

() 1 a 3

() 3 a 6

() 6 ou mais

13.As mulheres assentadas, para além das atividades do lar, desempenham outro tipo de trabalho?

() sim () não

Quais?_____

14.Renda familiar. De onde provem?

() 1 a 3 salários mínimos () 3 a 6 salários mínimos

() 3 a 10 salários mínimos () 10 ou mais

15.Como foram formados os grupos, e qual foi o processo para legitimar o acampamento? Quanto tempo durou?

16.Quanto tempo ficaram acampados? Em quantos acampamentos?

17.Enquanto acampados, sofriam algum tipo de ameaça?

18.Como você percebe a visão da sociedade diante desse movimento? E com os assentados em geral?

19.A decisão pela escolha da fazenda Sete Mil se deu de forma coletiva, ou não tiveram opção de escolha?

20. Por que mesmo estando assentados, continuam fazendo ocupações de prefeitura, banco e etc.? Vocês permanecem ligados ao MST, após obterem a terra?

21. Diante das políticas públicas existentes para os assentamentos, você se sente beneficiado? Elas atendem plenamente os assentados de forma a proporcionar sua inserção social? Porque?

22. Qual o perfil sócio-econômico para que uma pessoa possa se tornar assentado?

23. Qual a organização política, econômica e social do assentamento?

24. Dentro do Assentamento Oito de Abril existe lei própria? Qual? Se existe regulamento, há possibilidade de expulsão de alguma família?

25. Enquanto assentamento existe alguma lei municipal, estadual ou ambiental que devem respeitar?

26. Como funciona o atendimento as áreas de saúde, educação e transporte?

27. Existem meios de comunicação disponível? Telefone fixo, celular, internet, fax, orelhão, etc.

28. Participam de algum projeto, programa ou cooperativa?

29. Há uma participação financeira das famílias assentadas, para um fundo de reserva? Casos de urgência? Quanto? Frequência?

30. Existe ou vivenciou algum momento de preconceito pela sociedade em geral por ser assentado? Quando? Como?

Entrevistado	Idade	Sexo	Cor	Estado civil	Escolaridade	Renda familiar
A	42 anos	Masc.	Pardo	Casado	Fundamental completo	1 a 3 salários
B	59 anos	Masc.	Branco	Casado	Fundamental completo	1 a 3 salários
C	40 anos	Masc.	Branco	Casado	Fundamental Completo	1 a 3 salários
D	60 anos	Masc.	Pardo	Casado	Ens. Médio Completo	1 a 3 salários
E	52 anos	Masc.	Branco	Casado	Fundamental incompleto	1 a 3 salários
F	45	Masc.	Branco	Solteiro	Ens. Médio completo	1 a 3 salários

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada: **Reforma Agrária e a Realidade dos Assentamentos**: análise dos avanços e desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo assentamento oito de abril, orientada pelo Prof^a. Dra. Elizete Conceição Silva. Refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso que compõe a grade curricular do Curso Serviço Social, junto a Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí. O objetivo da pesquisa é compreender quais as questões sociais, políticos e econômicas que foram e são enfrentados pelo Assentamento 8 de Abril, do seu início à regulamentação.

Para isto a sua participação é muito importante, e ela se dará da seguinte forma: mediante sua autorização, será realizada uma entrevista e, por meio de algumas perguntas pertinentes a temática, você poderá fazer suas colocações livremente. A entrevista será gravada. Informamos que caso ocorrer certos desconfortos no momento de resposta, será, por mim orientado a deixar a pergunta para depois e/ou até deixa-la sem resposta.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

As gravações feitas serão descartadas após a sua transcrição. Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo com a nossa pesquisa, mais esta não lhe oferecera nenhum benefício em dinheiro. Os benefícios esperados são que através dos dados coletados por meio da referida pesquisa, possamos analisar os desafios e avanços da Reforma Agrária no Brasil, na visão dos assentados, de modo a contribuir na formulação de políticas públicas, e no desenvolvimento de ações que atendam efetivamente a demanda deste público. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu _____

(nome por extenso do sujeito de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Prof.^a Dra. Elizete Conceição Silva.

_____ Data: _____

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu _____

(nome do pesquisador ou do membro da equipe que aplicou o TCLE), declaro que forneci todas as informações referentes a pesquisa supra-nominada.

_____ Data: _____

Assinatura do pesquisador

_____ Data: _____

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Daiane Vieira Santos

Endereço: Ivaiporã, Vila Nova Porã, Rua Bela Vista nº275

(Telefone/e-mail): (43) 98226292 daianehip2010@gmail.com

Nome: Fabiana Aparecida Paulini

Endereço: Jardim Alegre, Centro

(Telefone/e-mail): (43) 34751304 bianapaulini@hotmail.com